

Ata Circunstanciada da 41ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 41ª (QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41/2024, QUE APROVA O PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA – PPCUB, DE 15 DE MAIO DE 2024.	
INÍCIO ÀS 15H08MIN	TÉRMINO ÀS 19H23MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Declaro aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 15 de maio de 2024, às 15 horas e 8 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – O expediente lido vai a publicação.

Deputado Pastor Daniel de Castro, há mais 1 expediente a ser lido.

Enquanto a Secretaria Legislativa providencia o documento, quero registrar a presença da ex-deputada, mas sempre deputada distrital Arlete Sampaio.

Obrigado pela presença, ex-deputada Arlete. É uma honra recebê-la aqui, no nosso plenário.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Concedo a palavra a vossa excelência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Também quero, de igual modo, saudar a presença da querida ex-deputada, mas eterna deputada Arlete Sampaio. É uma alegria revê-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro para continuar a leitura do expediente.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – O expediente lido vai a publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.299/2024, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a sessão ordinária de hoje, quarta-feira, dia 15 de maio de 2024, fica transformada em comissão geral para a discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que “Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências”.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Convido as senhoras e os senhores deputados, todas as autoridades e todos aqueles que quiserem também a participar do debate em plenário.

Está suspensa a presente comissão.

(Suspensa às 15h13min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Declaro reaberta esta comissão geral para

debater o Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB.

Boa tarde.

Reiniciamos os nossos trabalhos. Agradeço a presença de todos e todas. Comporemos nossa mesa inicial.

Informo que, depois das falas dos integrantes da mesa, abriremos as inscrições para quem tiver interesse em se manifestar.

Convido para compor a mesa a deputada federal Erika Kokay; a ex-deputada e ex-vice-governadora do Distrito Federal, a querida Arlete Sampaio; a representante e secretária-adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, Janaina Vieira; o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, Thiago Perpetuo, representando o presidente do Iphan, Leandro Grass, que está em Pernambuco; a promotora da Proub do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Marilda Fontinele; a conselheira do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Icomos, da Unesco, a arquiteta Maria Emilia Stenzel; a representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, Condepac, professora Angelina Nardelli; o representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, CAU-DF, o arquiteto e urbanista Ricardo Reis; o representante do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, José Leme Galvão Júnior; e o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da nossa Universidade de Brasília, professor Benny – não vou ler seu sobrenome, Benny, para não errar.

Convidamos também a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Supac, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal. Assim que algum representante da subsecretaria chegar, nós o convidaremos para compor a mesa.

Ao longo da nossa comissão geral, faremos o registro da presença de vários queridos amigos e também de importantes lutadores em defesa da nossa cidade.

Antes de passar a palavra para a mesa, quero combinar uma ordem. Acho que a Erika precisará falar primeiro, não?

Para iniciar a nossa comissão geral, quero dizer que o PPCUB chegou a esta casa no início deste semestre. Nós conseguimos que ele tramitasse na Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta casa, que é a comissão que tem, pelo Regimento Interno, a responsabilidade das discussões de mérito sobre os assuntos do patrimônio cultural.

Para nós, é importante fazer esse debate. O objetivo da nossa comissão geral hoje é discutir a lógica não só do projeto de lei que chegou aqui mas também pensar nessa agenda da cidade com esse recorte do patrimônio cultural.

Antes de eu continuar, quero saudar a presença dos estudantes e das estudantes da Escola Classe 29 do Gama, que hoje participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. (Palmas.) Sejam bem-vindos. Sejam bem-vindas.

Este é o debate que nós queremos tratar aqui. Nós tivemos uma conversa com o conjunto dos parlamentares para entendermos a tramitação do projeto de lei.

Estão acontecendo algumas séries de audiências. A Janaina tem participado de todas elas pela Seduh, que tem coordenado esse processo. Semana que vem haverá a comissão geral da CAF, a Comissão de Assuntos Fundiários.

A ideia é que possamos debater o PPCUB aqui antes de levá-lo ao Plenário e escutar também, nesse processo, a sociedade civil e os poderes instituídos, que eu acho que são fundamentais.

Eu quero, antes de abrir a palavra, tratar de 2 assuntos que temos citado nesse debate. Primeiro, para nós, uma diretriz é muito importante nesse processo de discussão: a de que o tombamento de Brasília, o fato de ela ser patrimônio cultural da humanidade, é, na verdade, um aliado para o desenvolvimento da cidade, e não algo contraditório a ele. Digo isso, porque nós escutamos aqui, algumas vezes, que nós precisávamos fazer uma escolha: ou se preserva ou se desenvolve.

Na nossa concepção, é justamente o contrário. É a preservação que garante o desenvolvimento sustentável desta cidade; o desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico também.

Nós estamos talvez em um território privilegiado por sermos a maior área tombada em termos territoriais do mundo. Talvez todas as grandes cidades gostariam de ter esse título. Nós o temos e é

preciso, obviamente, cuidar dele, preservá-lo.

E não existe contradição com uma agenda em que a cidade também seja um organismo vivo. Ela se comunica com as pessoas, com a realidade, com o tempo.

Eu quero, nesse sentido, ler uma carta. Na verdade, é um bilhete, de 1960, de Juscelino Kubitschek para Rodrigo Melo de Franco Andrade, que, na época, era chefe do patrimônio histórico de Brasília.

Ele dizia o seguinte no bilhete: "Rodrigo, a única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto. Pensei que o tombamento do mesmo poderia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar essa possibilidade, ainda que forçando um pouco a interpretação do patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras, que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Abraço, Juscelino. Dia 15 de junho de 1960."

Então, já naquela época, um pouco depois da inauguração de Brasília – a inauguração foi em 21 de abril –, Juscelino já estava preocupado, de fato, com os interesses que se organizam nas cidades todas do mundo – os interesses da especulação imobiliária, que, em Brasília, também era composto pelo interesse da grilagem de terra.

Essa preocupação da preservação já se constituía como um instrumento importante que, depois, em 1978 e 1987, foi se organizando com o título recebido por Brasília de patrimônio cultural da humanidade.

Então, isso é importante, porque nós temos essas diversas expressões. Nós estamos no coração da reserva da biosfera do Cerrado. No momento, estamos discutindo no Brasil inteiro a necessidade de serem pensados modelos diferentes de cidade – vejam a tragédia anunciada que está vivendo, de maneira muito triste, o Rio Grande do Sul.

O modelo de desenvolvimento de várias cidades não se preocupa com o meio ambiente; vemos teses que defendem "passar a boiada" para flexibilizar regulamentos, flexibilizar legislações ambientais. Qual é o impacto real disso na dinâmica e na organização das cidades?

Nós estamos acompanhando isso com muita tristeza e muita organização de solidariedade no Rio Grande do Sul, mas estamos falando também do nosso território no Distrito Federal. Este ano mesmo nós vivenciamos na pele esses impactos. Acho que todo mundo se lembra da chuva do mês de março; aquela chuva da sexta-feira de Carnaval, à noite, que alagou a Universidade de Brasília, a Asa Norte, o Sol Nascente.

Esse processo de o Plano Piloto sofrer com as chuvas, com a água, está muito conectado, por exemplo, com um bairro que é planejado – não é, Erika? As pessoas gostam muito de colocar a culpa na ocupação desordenada do solo, dizem que o problema das cidades ocorre quando as pessoas mais vulneráveis a ocupam para tentar garantir seu direito de moradia.

No Distrito Federal, nós estamos vivendo isso com um bairro planejado: o Noroeste; considerado, inclusive, muitas vezes, um bairro modelo. Temos visto o impacto da impermeabilização do solo, dessa falta de planejamento, da flexibilização das políticas ambientais. O Noroeste hoje impacta nas águas que descem para o centro da cidade, para a Asa Norte, para a Universidade de Brasília.

Início esse processo e, na sequência, vamos escutar vários componentes da mesa. Já vamos apresentar os encaminhamentos também para a Seduh, Janaina, e sugerir o debate que nós vamos fazer, na própria Comissão de Educação, Saúde e Cultura, referente às instâncias de preservação do patrimônio.

Falo isso porque, para nós, em uma leitura inicial do projeto de lei que chegou aqui, sentimos falta talvez de um capítulo mais específico sobre a preservação do patrimônio, as instâncias de preservação, os organismos serão responsáveis pela gestão desse patrimônio. Deve-se pensar só o presente, mas o futuro da cidade, inclusive aquilo que está nas diretrizes que a própria Unesco apresenta em seu relatório – após a sua visita em 2001 – para Brasília, para o poder público fazer.

Quero parabenizar a consultoria legislativa desta casa pelo brilhante relatório sobre o PPCUB, que tramita com importantes apontamentos, apontamentos também no sentido de estabelecermos esses instrumentos, quais são, com mais nitidez.

Outra preocupação que quero levantar aqui – Janaina, eu a cito porque você representa a Seduh, que coordena esse processo, nós precisamos pensar sobre isto coletivamente – é que, a nosso

ver, o PPCUB tira atribuições desta casa. No projeto de lei, em diversos momentos, estão previstas futuras desafetações de áreas, inclusive futuras destinações de ocupação que não precisam, por exemplo, passar por novas audiências públicas ou por esta casa legislativa.

Essa prerrogativa não é só do parlamento, mas ela é fundamental. Quando a Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece isso é para que inclusive pensemos e preservemos, independentemente de quem ocupe a cadeira do Palácio do Buriti e da Seduh.

Se a lei eleitoral não mudar, esse processo será disputado a cada 4 anos. É preciso que haja esses anteparos de preservação, de cuidado, de controle social e de participação; o parlamento é essa ferramenta, é esse mecanismo. As audiências públicas também são um instrumento importante. Em uma determinada parte do texto, muda-se a nomenclatura de “audiência pública” para “reunião pública”; assim, perde-se a regulamentação sobre qual o caráter da reunião pública: se ela é transmitida ou não, se ela é gravada ou não, se há ou não ato. A audiência pública é um instrumento de maior controle, de maior rigidez.

Inicialmente eu faço esses apontamentos para que hoje nós possamos avançar nisso. Eu inicio minha fala com essas questões; se for necessário, depois contribuiremos mais.

Começarei pela mesa estendida. Convido para fazer uso da palavra o nosso professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, professor Benny.

Benny, o relógio marcará 5 cinco minutos para que você possa se pronunciar. Depois desse tempo, você terá mais 2 minutos antes de a sirene tocar, e o microfone ser desligado.

Sempre escutamos a todos. Somos tolerantes quanto ao tempo. Isso é mais para que nós possamos nos organizar e ouvir o máximo de pessoas possível com tranquilidade. Às vezes é preciso extrapolar esse tempo, mas ele é marcado para que não nos percamos. Deixo essa observação para todos e todas.

Benny, você será o primeiro, vamos testar o nosso sistema: 5 minutos, mais 2, quando a sirene apitará. Assim nós controlaremos o tempo.

O senhor está com a palavra.

BENNY SCHVARSBURG – Boa tarde a todas e todos. Serei rápido.

Agradeço ao deputado Gabriel Magno o convite. Cumprimento a deputada federal Erika Kokay e a ex-deputada Arlete Sampaio e, na pessoa delas, toda a mesa.

Eu quero começar a minha fala trazendo uma lembrança. Eu acho um equívoco histórico se o PPCUB, ao ser aprovado, não fizer uma menção de homenagem, de honra, a uma pessoa que esteve na primeira equipe que o pensou: a arquiteta Briane Bicca.

A arquiteta Briane Bicca foi da primeira equipe que pensou o PPCUB, e não há nenhuma referência a ela em lugar nenhum. Eu acho que ela deve ser homenageada por todos nós. Infelizmente, ela faleceu em 2018. Foi uma brilhante arquiteta, pensadora, preservadora da cidade. Então, eu proponho desde já que o dia em que for aprovado o PPCUB – se é que vai ser aprovado – comece com uma homenagem à grande arquiteta Briane Bicca.

O primeiro ponto que eu quero comentar são as contradições presentes no PPCUB na tripla condição de plano de preservação, plano de desenvolvimento local e uma lei de uso e ocupação do solo. Eu penso que esse triplo caráter, na verdade, estabeleceu contradições, dubiedades e lacunas nas três condições: de plano de preservação – que, na minha opinião, é o que ele menos é –, de plano de desenvolvimento local e de lei de ocupação do solo. Então, parece-me indubitavelmente que prevalece a função de plano de uso e ocupação do solo, como pode ser conferido, por exemplo, nas observações do Anexo IV.

O segundo ponto que eu quero comentar é a necessidade de dialogar de uma forma mais complementar, mais detalhada, com a Portaria nº 166/2016 – uma portaria do Iphan nacional e local –, que atualizou a antiga Portaria nº 314 – uma portaria muito importante, porque, durante um longo período, foi a referência, do meu ponto de vista, mais relevante. Esse detalhamento, conduzido pela equipe do Carlos Madson, com a Sanda Ribeiro, teve um apoio importante do arquiteto Ítalo Campofiorito na sua formulação.

Eu tenho uma grande memória do Ítalo, porque foi a primeira pessoa com quem eu trabalhei na minha vida depois de formado – isso foi no século XVII antes de Cristo. Faço questão de dizer isso, porque o Ítalo foi uma pessoa fundamental para a formulação do modelo de preservação – que é único – do tombamento de Brasília, que é por escala urbanística. Ítalo teve uma grande contribuição nesse

processo e deu um fundamento para a aprovação da Portaria nº 166.

No terceiro ponto, eu quero, dialogando com o meu amigo Soneca – José Leme Galvão –, criticar a ausência de um capítulo específico sobre instrumentos de preservação e estratégias que digam onde, como, por que e quando utilizar instrumentos de preservação.

Aqui estou me valendo da minha amiga urbanista Raquel Rolnik, que diz o seguinte: “Um plano pode ser até feio, mas ele não morde se não tiver instrumentos que viabilizem estratégias e objetivos”. Então, eu acho que, sem esses instrumentos estratégicos para a preservação, ele pode até ser PDL, Plano de Desenvolvimento Local, ou Luos, mas ele fica muito prejudicado, do meu ponto de vista, como plano de preservação.

Penso que esses instrumentos têm que ser organicamente articulados com os instrumentos que são regulamentados pelo Estatuto da Cidade, como operações urbanas de preservação, instrumentos de combate à retenção especulativa do solo – edificação e utilização compulsórios, o IPTU progressivo –, a transferência do direito de construção de áreas que podem reutilizar potenciais construtivos, as outorgas onerosas etc. Eu penso que esses são instrumentos fundamentais para fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade sob a perspectiva da preservação do patrimônio histórico e ambiental.

Eu aprendi com meu amigo Edésio Fernandes – a maior autoridade no Brasil e no mundo, penso, no direito urbanístico – que cada vez mais são inseparáveis as 3 questões: o cumprimento da função social da propriedade, a preservação do patrimônio histórico e a preservação ambiental. Como disse o deputado Gabriel Magno, cada vez mais esses elementos são inseparáveis.

Quanto ao quarto ponto, quero dialogar também com minha amiga Vera Ramos e acompanhar a reflexão que ela fez, na sessão conduzida pela deputada Paula Belmonte, sobre os vários cheques em branco que estão sendo passados – Janaina, minha colega, sabe muito bem disso e o deputado Gabriel Magno reiterou o fato claramente.

Todas essas questões que são remetidas posteriormente a destinações imprecisas ou genéricas são compostas basicamente por cheques em branco – inclusive, para serem aprovados por decreto; sem passar por esta casa, por audiências públicas e por todos esses fatos e elementos. Então, vamos acabar aprovando coisas como, por exemplo, o Museu da Bíblia, que é um absurdo, do meu ponto de vista, urbanístico, arquitetônico, paisagístico e de destinação de áreas nobres para a cidade – como o Eixo Monumental.

Quero lembrar também um artigo muito importante do meu colega da UnB, Frederico Holanda, que chamou o PPCUB – em uma versão anterior, mas ele reitera opinião para esta nova versão – de um mundo de miudezas. Esse foi o nome do artigo que Holanda escreveu.

Eu não sei se os colegas leram esse artigo, mas recomendo a leitura desse artigo que se chama *Mundo de Miudezas*. Mundo de miudezas porque o PPCUB deixa de considerar, na definição dos passos da vida pública, questões históricas, problemáticas, da cidade, como rupturas do tecido urbano, vazios sem justificativa funcional ou bioclimática etc. Há uma série de elementos dos quais não vou entrar em pormenores, porque ocuparia muito tempo.

Acho também que a prolixidade do documento é impressionante na quantidade de unidades de preservação e de siglas utilizadas. O PPCUB é um instrumento importante. Mesmo com as críticas que estou fazendo, quero deixar bem claro que o PPCUB é importante para a cidade, mas não com esses elementos; não com essa construção, com essa ausência de conteúdo de um lado e com o excesso de conteúdo pormenorizado, de forma dispensável, por outro lado. Eu acho que perdemos uma grande oportunidade de preservar, mas também de revitalizar, dinamizar e democratizar o centro da cidade com a ausência de uma ênfase mais clara na questão da moradia.

Quero deixar bem claro que, no projeto Viva Centro, há uma proposta de moradia em áreas centrais da cidade. Coube ao Iphan fazer um parecer – acho que o Thiago se lembra bem disso, porque ele trabalhou nesse parecer – e, em nenhum momento, ele negou ou rejeitou a possibilidade de moradia no centro da cidade. Ele fez, sim, considerações muito relevantes no sentido de que, por exemplo, os térreos das edificações fossem com fachadas ativas para que a atividade comercial seguisse como atividade predominante nessas áreas centrais.

Nós estamos vendo, na cidade, um enorme esvaziamento. Nós temos centenas, talvez milhares, de unidades imobiliárias destinadas ao comércio vazias porque não conseguem ser alugadas no Setor Comercial. Os imóveis vazios da W3 são impressionantes. O que eu estou falando aqui não é novidade nenhuma.

Esta semana o Felipe me mandou um material interessantíssimo que mostrou que mais de 50% das unidades de residência no Distrito Federal são para famílias com um casal sem filhos, para pessoas que moram sós, e há áreas vazias. A vacância é impressionante nesta cidade. Há imóveis vazios e desocupação. A possibilidade de se dar vida, sobretudo às áreas centrais, é fundamentalmente com moradia, combinada com o comércio, de forma harmônica e equilibrada, que é o que está, no meu ponto de vista, no parecer.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir.

BENNY SCHVARSBURG – Parece que esse ponto merece também uma maior lembrança e consideração.

Quero lembrar também que houve o projeto de transformação da Quadra 901 Norte, que, no meu ponto de vista, da maneira que estava proposta, seria uma aberração para a cidade. Houve um grande movimento de arquitetos, sindicatos, entidades; movimentos de defesa da cidade, do meio ambiente e da preservação do patrimônio que se manifestaram contrários àquela transformação da 901 Norte. Por sorte, de modo definitivo – espero eu –, o Iphan fez um parecer que nega aquela alteração, a qual, do meu ponto de vista, seria um grande prejuízo para a cidade.

Eu acho que são muito importantes as iniciativas que foram colocadas no PPCUB na perspectiva de uma maior mobilidade urbana, sustentável e com caminhabilidade. Estou olhando para o meu chefe, o promotor Dênio, da nossa Rede Urbanidade, em defesa da mobilidade sustentável. Há avanços, sim, porém, tímidos.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir, Benny.

BENNY SCHVARSBURG – O Wilde vai ter oportunidade depois de detalhar um pouco mais o que eu acho que devam ser previsões mais específicas sobre propostas de fomento ao sistema de mobilidade ativa.

Já é para concluir? Eu tinha mais de 17 pontos. (Risos.)

Eu vou concluir. Eu acho que, embora esse PLC tenha regramentos protetivos, etc., um patrimônio tombado também pode ser ameaçado pelos projetos de desenvolvimento. Eu penso que, por exemplo, no desempenho, até mesmo como plano de desenvolvimento local, eu concordo muito com o estudo feito pela equipe técnica da Câmara Legislativa. Pena que não estou vendo o Josué e a Ana Carolina, que estavam no comando dessa comissão – eles foram minhas vítimas, meus alunos da UnB – e fizeram um excelente trabalho. Eu recomendo a todos que, se não leram, leiam; embora ele seja longo, é um belíssimo estudo, com muito conteúdo crítico e propositivo e com muitas recomendações.

Eu acho que esse é o caminho das transformações que precisamos a fim de que tenhamos uma ferramenta para o desenvolvimento, mas sobretudo para a preservação, dinamização e democratização da cidade em padrões sustentáveis mais democráticos e inclusivos.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Benny. (Palmas.)

Eu falei que somos sempre muito tolerantes, mas peço aos próximos oradores que tentem ficar dentro do tempo estipulado para podermos ouvir a todos.

Benny, é muito importante a sua contribuição.

Eu quero anunciar a presença do promotor da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística do Ministério Público, doutor Dênio Augusto, o qual parabenizo pelo seminário importantíssimo sobre extremos climáticos e desastres ambientais realizado, na semana passada, no Ministério Público. Eu o parabenizo não somente pela atualidade do tema, mas também pela preocupação e capacidade de ter envolvido diversos setores do poder público, da sociedade civil organizada e por terem saído de lá apontamentos importantes.

Obviamente, esse assunto passará também por um debate do PPCUB e terá contribuições fundamentais para o debate que ocorrerá, a princípio no ano que vem, do PDOT e de outros instrumentos que iremos discutir nos próximos meses. Então, parabenizo-o e agradeço-lhe a presença.

Anuncio a presença do nosso querido professor e arquiteto José Carlos Coutinho, uma grande

inspiração. O Coutinho é cidadão honorário da cidade e professor benemérito da Universidade de Brasília. É uma honra tê-lo aqui conosco.

Anuncio também a presença do Abrao Antonio, engenheiro da Embrapa; do vice-presidente do Sinduscon, João Accioly; do deputado Chico Vigilante; e da deputada Paula Belmonte. Já os convido a falar, deputados, se assim desejarem. Apertem o botão, e eu destinarei o uso da palavra.

Concedo a palavra ao senhor José Leme Galvão Júnior, representando o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Pode usar a tribuna ou falar daí mesmo. Fique à vontade.

JOSÉ LEME GALVÃO JÚNIOR – Como eu não tenho muito traquejo, prefiro ficar aqui mesmo.

Muito obrigado, deputado Gabriel Magno. Agradeço a todos a lembrança, as referências. Quero reiterar o que o senhor já disse, deputado, falando de uma maneira um pouco diferente: desenvolvimento sem preservação é um contrassenso. Eu considero que preservar é não desperdiçar. Simples assim.

Eu vim aqui para ler o texto do manifesto que o fórum que eu represento fez. Irei ler, evidentemente, a parte que couber literalmente.

O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro é composto, atualmente, por 26 entidades nacionais da sociedade civil, desde 2021, propugnando por uma política de patrimônio cultural – no nosso caso, do Distrito Federal.

Na ocasião, o nosso fórum no DF denunciou a inexistência, no projeto, de uma política clara de preservação do patrimônio cultural, em que faltava – e no nosso ponto de vista ainda falta – vontade política para implementar os instrumentos de planejamento, deliberação e gestão já previstos em lei. Conselhos são ou desativados ou tornados bastante ineficientes por várias carências estruturais, de planejamento etc. Inclusive, ainda se aguarda que a própria avaliação crítica, uma avaliação construtiva do PPCUB, seja feita.

O fórum divulgava a criação de um conselho gestor – continua divulgando – do conjunto urbano de Brasília envolvendo instâncias distritais, federais e da sociedade civil, com a representatividade e as competências necessárias à gestão de um sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial; com implementação e revisão compartilhadas e acessíveis do PPCUB por meio de sistematização de consultas e abordagens integradas nos planos arquitetônico, urbanístico e paisagístico; com a unidade política no trato da preservação do patrimônio cultural, eliminando-se as atuais divisões e conflitos interinstitucionais, como já foi dito aqui; também com a ampliação dos espaços de participação comunitária dos diversos agentes intervenientes na preservação do patrimônio cultural na própria gestão da cidade.

Retomada, então, a elaboração do PPCUB – que, antes, fora aberto para consulta e, agora, para debate nesta Câmara Legislativa –, ainda entendemos que há a ausência de um verdadeiro conselho gestor do conjunto urbano de Brasília, que, de fato, se existisse antes, elaborasse o próprio PPCUB na ausência de uma verdadeira unidade institucional que o articulasse. Nesse caso, seria a Seduh, porque a Secretaria de Cultura, no meu ponto de vista, no nosso ponto de vista, foi alijada da construção do PPCUB.

O resultado é a elaboração de um projeto de lei complementar híbrido que mistura elementos de um plano diretor de ordenamento territorial àqueles que deveriam ser realmente atinentes à preservação de bens culturais inscritos no conjunto de Brasília. Tal contradição, quanto à definição da matéria, resulta em um texto cheio de inconsistências conceituais, como já foi dito, carente de instrumentos de preservação específicos, o que acaba por não prover o nosso patrimônio de uma verdadeira política ativa que inclua sua gestão, desde o ponto de vista da preservação, e eventuais restauros.

Nós estamos nos referindo também a que um plano de preservação deve ser um plano propositivo em termos de intervenção, e não apenas uma legislação que dá alguma base para a preservação. A própria proposta de preservação, um plano de preservação no seu conceito original – pelo menos, o que foi trabalhado pelo Iphan há muitos anos –, era muito mais um plano que se acoplasse à legislação urbana para realizar projetos, para implementar projetos urbanísticos, Masterplan e projetos do tipo.

Parece que a nossa sociedade e nós arquitetos nos esquecemos dos ensinamentos que vigoraram até os anos 1970. Eu sou especialista em coisa velha. O patrimônio tem uma legislação de 1937, e, quanto mais velha, melhor ela fica – é um ótimo vinho.

Planejamento hoje é muito mais elaboração de regras, de normativas, do que uma proposta efetiva de conservação com seus projetos.

A inclusão de demanda, pelo PPCUB, na Lei Orgânica foi incluída pela emenda...

(Soa a campainha.)

JOSÉ LEME GALVÃO JÚNIOR – O Benny supriu superbem o que eu diria. Acho que o mais importante, então, é eu citar além do que já foi dito.

Na última reunião, a doutora Marilda frisou, com toda razão, que não nos faltam leis, falta-nos o cumprimento da lei em todos os sentidos. Nós estamos falando de aprovação de projeto na fiscalização cotidiana da cidade. Eu fiz um desafio a mim mesmo: ver se eu conseguia enxergar algum fiscal nos últimos 10 anos, 15 anos, fiscalizando – supõe-se. Não. Não o vejo. Não o vi e continuo não o vendo.

Estamos vendo o desastre urbanístico que está sendo a preservação – estou falando no caso só do Plano Piloto, não estou entrando em outras considerações. Eu faço esse alerta.

Não nos faltam leis. Por que o plano de preservação é importante? Porque, além da Lei de Uso e Ocupação do Solo, ao planejamento tem-se que acrescentar, agregar, a preservação em si.

Vou citar um exemplo de que gosto bastante. Quando, pelo Iphan, estive trabalhando no PPCUB, fazendo análise crítica, percebi que, por exemplo, o Touring, naquela época com uma situação fundiária ainda bastante precária, era citado lá como um lote onde se poderiam construir tais coisas. Como assim? O Touring já está construído e tem que ser preservado. Isso significa que ele não poderia ter acréscimos ou intervenções? Sim. O que altera é a qualidade da intervenção, e não a possibilidade ou não de se intervir.

(Soa a campainha.)

JOSÉ LEME GALVÃO JÚNIOR – Isso sempre é possível, intervenção faz parte da conservação.

Enfim, eu citaria *n* exemplos, pois a conversa é longa. Esse documento do fórum está disponível, inclusive, no gabinete do senhor.

Quero parabenizar a equipe que fez o trabalho de varredura. É lógico que aqui marco a posição de não conseguir reconhecer, nesse projeto, um plano de preservação; mas, nesses anos todos, o conhecimento que se produziu, desde a época da equipe da Briane Bicca e das equipes subsequentes dentro da Seduh, tem que ser considerado. O que estamos discutindo é o instrumento em si, na forma como ele se apresenta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado.

Peço para a assessoria pegar o documento para, na produção do relatório que a comissão fará, citar e incorporar uma série dessas sugestões apresentadas. Obrigado, José Leme, que representa o Fórum das Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Anuncio a presença de Giselle Moll Mascarenhas, que já foi secretária-adjunta da Seduh, e Jacy Afonso, presidente do PT do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao arquiteto Ricardo Reis Meira, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, CAU-DF.

Ricardo, fique à vontade para falar da mesa ou da tribuna, caso queira.

RICARDO REIS MEIRA – Boa tarde a todos e todas.

Quero agradecer o convite ao deputado Gabriel Magno e, na sua pessoa, cumprimentar todos da mesa.

Sem querer ser redundante e repetir falas que já foram ditas pelo meu professor Benny, meu professor Soneca, para os meus colegas que me sucederão, como representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, eu quero destacar 2 pontos – na verdade 1, que vai se desdobrar em 2 pontos. Serei muito breve, provavelmente alguém vai usar os meus minutos excedentes.

O CAU é um órgão que regula, orienta e fiscaliza o exercício da profissão.

Inicialmente, quero dizer que me sinto orgulhoso pela quantidade de arquitetos e urbanistas presentes nesta reunião. É emblemático e necessário, em um tema que discute a preservação e o

desenvolvimento da cidade, urbanistas serem ouvidos. Isso sempre é digno de nota e de reconhecimento. O conselho batalha, inclusive, para que microfones se mantenham abertos para a nossa categoria. Estão presentes outros conselheiros, ex-conselheiros – a Giselle foi nossa conselheira também, a Angelina é nossa conselheira, que está à mesa.

Eu queria destacar um ponto que poucos conhecem. Permitam-me só ler um trechinho do nosso Código de Ética. Eu não sei se as pessoas sabem, mas, no exercício da profissão de arquiteto e urbanista, não respeitar e não trabalhar pela preservação do patrimônio é uma infração ética, passível de punição pelo conselho, inclusive. Por mais que isso se torne difícil na prática, eu acho emblemático e simbólico que seja destacado.

Vou ler alguns pontos do nosso Código de Ética, para depois falar do segundo ponto, que tem a ver com isso, que é o aspecto da fiscalização, que foi trazido pelo professor Soneca.

“O arquiteto e urbanista deve respeitar os valores e a herança natural e cultural da comunidade na qual esteja prestando seus serviços profissionais.

O arquiteto e urbanista deve, no exercício das atividades profissionais, zelar pela conservação e preservação do patrimônio público.

O arquiteto e urbanista deve respeitar o conjunto das realizações arquitetônicas e urbanísticas do patrimônio histórico e artístico nacional, estadual, municipal, ou de reconhecido interesse local.

O arquiteto e urbanista deve considerar, na execução de seus serviços profissionais, a harmonia com os recursos e ambientes naturais” – algo tão importante num momento de tragédia que acomete os nossos irmãos no Rio Grande do Sul.

Eu quis destacar esses pontos do Código de Ética para mostrar a relevância e a importância não só de ouvirmos nossos colegas da categoria de urbanistas, mas também de darmos a eles a caneta e a possibilidade de elaborar planos e projetos, como foi o caso, e de sugerir mudanças, alterações dentro daquilo que julgam necessário.

Além disso, faço coro com o que o professor Soneca disse: a importância de serem discutidos, no corpo do PPCUB ou não, instrumentos efetivos de fiscalização do território, de preferência integrados, porque o que acontece hoje, dentre as várias instâncias públicas, é que cada órgão fiscaliza aquilo que é de sua atribuição. Há o DF Legal; há o CAU, que fiscaliza o exercício do arquiteto; há o Crea, que fiscaliza o exercício do engenheiro; e há muitas pessoas fiscalizando, indo a obras ou sítios, verificando aquilo que lhes compete, sem um diálogo ou, no mínimo, compartilhamento de informações. Isso é algo que inclusive levei à nossa última reunião na Seduh como sugestão: a criação de um grupo de trabalho, incluindo-se esses órgãos, para que se discuta um sistema integrado de fiscalização, ainda que cada um nas suas atribuições, que garanta pelo menos o compartilhamento de informações para otimizar aquilo que cada órgão tem como prerrogativa fiscalizatória. Eu não tenho dúvidas de que a fiscalização daquilo que vier a ser aprovado dentro do PPCUB passe pela correta instrumentalização desses órgãos fiscalizadores também.

De antemão, ressalto que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, mais uma vez, está à disposição para participar de todas essas discussões, e reitero a importância de se discutir, além do plano em si, como ele será instrumentalizado e fiscalizado efetivamente.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Ricardo.

Ricardo, eu farei um comentário. Você falou corretamente, porque eu fiquei citando o professor José Leme, e todo mundo ficou pensando assim: “Quem é o José Leme?”. (Risos.) Ele é o Soneca. Então, fica registrado como todos nós conhecemos o grande mestre.

Anuncio a presença do Juliano Carvalho, coordenador do Icomos; da Bia Couto, arquiteta; e do ex-deputado distrital, meu querido Cafu, que passou por esta casa brilhantemente.

Estão presentes, também, o deputado Chico Vigilante e a deputada Paula Belmonte. Reforço que, quando quiserem fazer uso da palavra, basta apertarem o botão.

Concedo a palavra à professora Angelina Nardelli Quaglia Berçott, que representa o Condepac-DF, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – Odeio esse cronômetro, mas vamos lá.

Prezados, boa tarde.

Eu cumprimento todos e todas na pessoa do deputado Gabriel Magno, a quem agradeço o convite e a possibilidade de colaborar com essas questões, todas referentes a uma legislação de tamanha importância que determinará, sim, o futuro de Brasília como a cidade que conhecemos.

Cumprimento os demais deputados presentes, os meus colegas arquitetos – professor Coutinho, José Leme, Benny, Beatriz, Juliano – e todos os outros colegas do CAU.

Como todos nós, eu gostaria de externar a minha preocupação, não apenas como arquiteta urbanista que trabalha com patrimônio cultural e com meio ambiente. Muito além de ser membro do Icomos – aqui muito bem representado pela minha colega Emilia e pelos nossos coordenadores Beatriz e Juliano, e com a presença do meu chefe no CAU, presidente Ricardo Meira, que tem feito um trabalho muito bacana à frente do nosso Conselho de Arquitetura –, obviamente, sou membro de outras entidades. Não venho, via de regra, como representante apenas da instituição convidada, como vice-presidente do Condepac, que é o único conselho no Distrito Federal a lidar, de fato, com o nosso patrimônio cultural.

Eu externo a minha preocupação, em especial como brasiliense, consciente da necessidade da manutenção do nosso patrimônio, assim como eu aprendi em casa, desde criança, sobre a necessidade de reconhecer e de compreender que Brasília tem um significado próprio e único dentro de um contexto mundial, não apenas nacional.

Hoje eu trago, então, alguns questionamentos que foram elencados, no âmbito do Condepac, sobre o PPCUB, aprovados, também, posteriormente, pelos colegas que formam o conselho. A partir da avaliação daquilo que tem sido proposto nessa legislação, eu gostaria de falar sobre a importância em ressaltar que ainda existe uma confusão quanto ao objeto da lei, na medida em que o PPCUB não possui um caráter protetivo que, *a priori*, ele deveria ofertar. Ele é um plano híbrido, como disse o professor José Leme. Ele é o resultado da junção de 2 tipologias de plano. Uma delas tange os elementos de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial; a outra, o que, possivelmente, poderia ser um plano de preservação do conjunto urbano de Brasília.

Por ele ainda não foram representados, a partir desse PLC, alguns instrumentos de preservação específicos e previstos, deixando em aberto o caráter, de fato, desse PLC, que segue sendo debatido.

É importante o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, transição, monitoramento, bem como a incorporação com maior precisão da questão normativa. Esse plano ainda não está pronto. Isso é fato. Ele não responde a uma política ativa que inclui a gestão do território, a sua conservação e a possibilidade de seu restauro posterior a qualquer movimentação do sítio, como citado em outros 2 documentos entregues no ano passado para a Seduh em audiências públicas – um deles entregue pelo Fórum das Instituições com desejo de preservação do nosso patrimônio.

Ele inclui, sim, uma política ativa como ordenamento territorial para uma cidade comum, convencional, sem as prerrogativas de Brasília, que é uma cidade patrimônio histórico. Algumas determinações que deveriam constar no PLC encontram-se como propostas futuras, lidas como planos, programas e projetos. Esses são os cheques em branco a que 2 dos meus colegas se referiram.

Menos ainda estão detalhadas as questões da paisagem, que, no PLC, muitas vezes, é confundida com paisagismo. Para esclarecimento, cabe o reforço de que a paisagem é composta por todos os elementos urbanos presentes no sítio – tais como malha viária – cheios e vazios, representados por construções, elementos naturais que ocupam algum espaço e, em especial, a questão visual pelos espaços propositalmente vazios compostos em Brasília, característica peculiar do modernismo, composto também pela cobertura vegetal, que mescla momentos de ampla arborização e menor incidência de vegetação, a depender da escala proposta e do seu propósito.

Paisagem é um conceito cultural, e acho importante dizer isso, tendo em vista que esse plano de preservação...

(Soa a campanha.)

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – ... não tem reconhecido a questão da paisagem. Ela é uma construção histórica. Em Brasília, ela tem uma ordenação histórica, um ordenamento específico para que ela se mantenha característica e que mantenha também as características primordiais da sua conservação.

Para gestar Brasília como legislação, para criar essa legislação, é preciso compreender o nosso tombamento, em especial a questão da paisagem, entendendo paisagem não como paisagismo, mas como um contexto geral, que evoca todo um sentido que podemos entender e ver como característica primordial para a cidade de Brasília, porque Brasília é única. Ela possui características diferentes. Ela

não é uma cidade convencional e, portanto, também deveria receber o respeito de uma legislação que também a trate como uma cidade única.

Não há no PLC determinação de preservação da paisagem como um todo, porque não há a fotografia da paisagem. É preciso demonstrar as prospecções futuras. Há de se atentar sobre questões do impacto *per se*, inclusive sobre as questões que tangem a paisagem cultural. Por esse motivo, ela não é lida de forma clara como uma legislação que descreve o objeto tombado *per se*. Ela não está representada numa fotografia da paisagem atual para que ela possa servir de referência como uma formação de uma prospecção de uma paisagem futura. Eu pergunto: como o sítio estará representado se todas as propostas de criação de lotes, remodelação de áreas, permissões contidas em planos, programas e projetos forem aplicadas? Qual será a característica de Brasília? E repito, qual será o *skyline* atual, qual será o *skyline* futuro, com todas as propostas totalmente implementadas?

(Soa a campanha.)

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – Esse, lembro, é um instrumento possível de utilização, tanto dos projetos de preservação quanto para os ordenamentos territoriais.

Sobre essa questão, é interessante entender também que, quanto à questão do meio ambiente, nas circunstâncias atuais, é necessária a sua observação. A descaracterização de muitas áreas, sabendo de um desejo de algum tipo de adensamento e mudança de destinação de uso, além de trazer prejuízos históricos, trará a questão do impacto ecológico imensurável.

A preservação das áreas verdes é fundamental para a importância da existência da própria cidade, e muitas das implementações possíveis sobre esses impactos e sobre as próprias áreas verdes – esses nossos vazios, que não são, de fato, vazios, mas têm um propósito – precisam ser revistos. Existirá um impacto ambiental e isso é fato.

Um dos pontos mais importantes que foi pensado dentre todos – e termino aqui...

(Soa a campanha.)

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – ... diz respeito ao que foi previsto: a criação de um conselho gestor do conjunto urbano de Brasília, onde as instâncias federal, distrital e da sociedade civil, compostas por membros qualificados, com representatividade e competência sabidas, possam garantir a gestão do sítio inscrito na lista do patrimônio mundial como deve ser.

Eu finalizo, então, estendendo a participação efetiva do Condepac, não apenas quando solicitado, mas com um trabalho já continuado, para auxiliar, via CTCUB – que é a CT criada para o debate do patrimônio Brasília e dessa legislação proposta.

Lembro, mais uma vez, que Brasília é centro histórico tombado, inscrito na Unesco. Não se trata apenas de uma cidade como as outras. É preciso responder aos desejos especulativos?

(Soa a campanha.)

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – Não; é preciso responder aos desejos do patrimônio.

Então, coloco-me à disposição, como tenho feito já há algum tempo, e repito: o Condepac está à disposição para trabalhos e debates. Ele é um conselho importante no Distrito Federal, um tanto quanto desconsiderado, tendo em vista que é o único conselho que, por lei, tem competência no trato do patrimônio.

Falamos de uma cidade que é um sítio histórico tombado. Então, é impossível que o Condepac fique de fora, tendo em vista que não temos algum conselho gestor do conjunto urbano de Brasília essencialmente necessário para que possamos, de fato, entender uma cidade que seguirá como patrimônio histórico e onde o respeito – como o Ricardo disse, em especial por nós arquitetos – pela forma como trataremos esse sítio precisará seguir com...

(Soa a campanha.)

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – ... respeitoso, com relação à Brasília.

Nós vamos passar, todos aqui vão morrer um dia. Eu quero viver 200 anos para ver o que Brasília vai virar, com um medo enorme, mas com a certeza de que todos aqui presentes se conscientizarão de que há ainda muito a ser feito para este plano estar perfeito; que há a necessidade, sim, de que o PPCUB passe não agora, mas posteriormente a uma série de outros debates, certamente, porque precisamos responder ao patrimônio, não apenas a uma questão temporal.

Lembro que Brasília toda é viva e existe um conceito cultural muito importante no que tange à formação das cidades. Ela é uma cidade única. Então, por que não uma legislação que a perceba como única, evitando, é lógico, que aquilo aplicado nas cidades comuns e convencionais – que deve, sim, ser bem aplicado – seja aplicado aqui de forma – com o perdão da palavra que vou usar agora, por falta de outra...

(Soa a campainha.)

ANGELINA NARDELLI QUAGLIA BERÇOTT – ... E paro aqui, senão não haverá tempo de ninguém mais falar.

Obrigada, deputado Gabriel Magno. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Angelina.

É importante essa manifestação do Condepac. Uma sugestão que nós, da comissão, fizemos foi a de escutar os conselhos e as instâncias deliberativas.

Quero anunciar a presença do Tico Magalhães e da Isabela Aquino, do Seu Estrelo, que recebeu recentemente o título de patrimônio imaterial. É preciso avançar na questão do território – não é, Tico? Entendemos que este debate do PPCUB é importante para a preservação de Brasília como instrumento do patrimônio e para a valorização das manifestações culturais que existem nesta cidade. Quero parabenizar o Tico, porque foi aprovada por esta casa a concessão do título de cidadão honorário de Brasília a ele. Vamos organizar essa entrega. Será uma honra tê-lo como cidadão honorário desta cidade. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra à Maria Emilia Stenzel, conselheira do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Icomos, da Unesco. Se a senhora quiser falar da tribuna, fique à vontade.

MARIA EMILIA STENZEL – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, agradeço o convite do deputado para a participação à mesa. Também saúdo os demais membros.

Vou entrar em alguns aspectos muito importantes para o Icomos, que é um órgão de assessoramento técnico da Unesco.

Talvez não seja muito compreendido ainda, para a maioria das pessoas, o que que o Icomos faz. O Icomos é basicamente o responsável pela produção de toda a normativa internacional com relação ao patrimônio para sítios tombados.

Desde a década de 1960, o Icomos elabora cartas e instrumentos com a participação de todos os países signatários da convenção, no sentido de adequar constantemente os princípios da preservação ao movimento do tempo.

Faço esse preâmbulo, porque um dos pontos que vou abordar é a dissociação muito grave que identificamos, principalmente no Brasil, dos fundamentos teóricos da preservação mundial e do diálogo com essas instâncias, no sentido de que a preservação de um sítio inscrito na lista atenda a esses critérios acordados internacionalmente. Não se trata de critérios definidos por um órgão central de cima para baixo; pelo contrário, são critérios estabelecidos a partir de um consenso legítimo, em termos internacionais. Representantes de países de todos os continentes participam dessa elaboração e buscam a adequação às novas dinâmicas urbanas que emergem.

Então, em primeiro lugar, é compromisso das Nações Unidas que o desenvolvimento dos sítios inscritos na lista acompanhe o desenvolvimento econômico-social dos diferentes contextos do mundo.

Partindo dessa premissa, quero abordar e esclarecer a nossa posição com relação a essa proposta que vem sendo discutida. O PPCUB é o resultado de um longo processo. Eu, particularmente, participei de alguns grupos de trabalho em gestões anteriores ao governo que está há 2 legislaturas tratando disso. Nós estamos acompanhando esse processo há bastante tempo. O PPCUB é previsto no PDOT, o qual estabelece que aquele deve preservar, manter e valorizar as características essenciais, os valores patrimoniais, os atributos fundamentais, a configuração espacial e as escalas urbanas – do ponto de vista da nossa normativa.

Ela também propõe que haja atualização e flexibilização dos parâmetros de uso e de ocupação do solo, conforme os limites estabelecidos na Portaria nº 166 do Iphan. Isso é um ponto muito importante, porque o PDOT entra num ponto essencial, que é o papel da clarificação para gestores públicos e para a sociedade. Clarificar os critérios de preservação, os instrumentos normativos tem uma função essencial em termos de dar diretrizes para gestores públicos e para a sociedade.

Identificamos que o PPCUB traz uma série de lacunas conceituais, do ponto de vista do campo disciplinar da preservação; e lacunas normativas – já mencionadas pelo professor Benny e pela Angelina – que colocam os objetivos maiores do PPCUB em uma condição de não serem alcançados. Nós estamos criando um instrumento, na forma como está, que vai permitir...

(Soa a campanha.)

MARIA EMILIA STENZEL – ... a idealização dessa normativa, porque ele prevê instrumentos que podem alterar tudo, como dito na exposição da Vera, numa outra oportunidade. Isso já ficou bem claro também.

Nós vemos com muita expectativa essa revisão, no sentido de que possam ser superadas essas graves – que nós entendemos graves – lacunas normativas e equívocos conceituais. Vou ressaltar, principalmente, 2 aspectos: primeiro, a inserção do patrimônio dentro das políticas de desenvolvimento. O professor Benny chamou muito bem a atenção da necessidade de adequação a isso.

As Nações Unidas entendem necessária a adequação. O que nós identificamos é uma subsunção, uma submissão de todos os critérios de preservação a objetivos que são externos a um sítio sob proteção do patrimônio mundial. Um sítio que está inscrito na lista, um sítio que nós reconhecemos como um patrimônio da nossa sociedade, se insere na medida em que é um vetor de desenvolvimento humano. Ele não é subsumido a políticas externas; ele requer políticas específicas para o desenvolvimento de um sítio inscrito na lista.

E essas políticas nós não identificamos; nós identificamos a diluição. Do ponto de vista conceitual, ele se dilui em objetivos da sociologia, da habitação, da antropologia, mas não se reconhece a dimensão da memória no desenvolvimento urbano.

(Soa a campanha.)

MARIA EMILIA STENZEL – Tanto é assim que o PDOT se articula o tempo todo a partir da preservação do meio ambiente – não sei se vocês repararam nisso. Mas a preservação da cultura é como uma pedra a entrar um processo, uma dinâmica à qual ele tem que se subsumir. A pergunta é: que dinâmica é essa? Em nenhum momento essa dinâmica é explicitada, mas ela acaba sendo a dinâmica das forças imobiliárias dentro do processo de discussão social.

O PDOT sedimenta, nesse sentido, uma exclusão incorporada no PPCUB: nós só vamos tratar da preservação do patrimônio material. Os usos, por exemplo, que são uma adequação fundamental e necessária em qualquer contexto de preservação, são equacionados também sob o ponto de vista da preservação

(Soa a campanha.)

MARIA EMILIA STENZEL – ... e não sob o ponto de vista da dinâmica social. Até mesmo em órgãos da preservação, essa vinculação entre os usos e o aspecto intangível, que é o patrimônio, não comparece. Por que ela não comparece? Porque nós não compreendemos a dimensão temporal do uso no patrimônio.

É necessária a mudança? Sem dúvida! Nós sabemos que em Florença, por exemplo, no local daquela ponte onde hoje em dia estão as joalherias que são a cobiça de 9 entre 10 pessoas, era tudo açougue. Mas alguém se pergunta o tempo de transformação daquilo?

Então, é preciso equacionar o uso sob o ponto de vista de que os usos têm um tempo, de que existe uma memória de usos. Se amanhã transformarmos o Congresso Nacional em habitação...

(Soa a campanha.)

MARIA EMILIA STENZEL – ... poderemos perfeitamente transferir o Congresso Nacional para outro lugar, mas isso não terá um impacto que vai chocar a memória dos ocupantes da cidade? Com certeza. E isso se dá não só nessa grande escala da representação, mas em pequenas escalas.

Outro ponto: a preservação em nível mundial é muito colocada como se fosse um interesse de gringo, um interesse externo – “eles nos reconhecem”. Mas há uma dimensão que tem que ser rebatida no nível local. É preciso que, no nível local, nós reconheçamos a nossa inserção em uma construção humana com várias escalas de mediação. Nós não somos um país isolado da constituição de todo o diálogo internacional, uma quimera que foi alimentada nos últimos anos.

(Soa a campanha.)

MARIA EMILIA STENZEL – Ao contrário, o Brasil se insere, sim, nesse diálogo. E essa inserção

implica que saibamos reconhecer como ela é importante para cada um de nós. Muitas vezes, o valor universal é colocado distante e oposto à própria vivência da cidade, como uma exigência externa que atravança o desenvolvimento.

Por último, o mundo passa por transformações urbanas e territoriais portentosas, a partir do desenvolvimento das novas tecnologias. As dinâmicas urbanas que estão sendo introduzidas muito pouco se opõem à matriz urbanística de Brasília e muito a colocam em valoração.

Os graves problemas em decorrência da escala das mudanças climáticas – que, nos últimos dias, temos vivenciado no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul – exigem de nós o equacionamento das novas possibilidades que as tecnologias trazem para o desenvolvimento.

A maior parte das críticas a Brasília sequer contempla o futuro da cidade e como as dinâmicas a estão transformando.

Particularmente, participei da elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes. É visível como políticas antigas de desenvolvimento urbano se chocam com os novos dados. Temos que avaliar Brasília a partir de agenda muito mais contemporânea que os dados da década de 1990. São eles que ainda orientam muito, em termos conceituais, a análise de Brasília. Eles se opõem à matriz de Brasília.

(Soa a campainha.)

MARIA EMILIA STENZEL – É preciso atualizar a crítica a Brasília. Não é a preservação que não está sendo atualizada. A preservação está sendo colocada como um dado estático, quando, na verdade, toda a normativa existe justamente para elucidar o contexto contemporâneo.

O desenvolvimento está aí. Precisamos adequar as nossas políticas de desenvolvimento, reconhecendo o nosso principal ponto: o tempo de constituição de uma memória urbana. Ela não é um dado externo. Ela participa da elaboração e da definição das políticas de desenvolvimento. Se assim o fizermos, não seremos aquilo que torna inviáveis muitas cidades: um caso de Alzheimer urbano.

O conselho da Europa – que nem é um órgão de preservação – incorporou, em todos os planos diretores, a necessidade de diálogo com o passado. O passado é o de Brasília, não o de outras capitais.

Então, temos que nos adequar à matriz que mostra a sua vitalidade e a sua contemporaneidade nos tempos atuais.

Era isso. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Maria Emilia. Foi muito importante a sua fala e os indicativos que você trouxe. Agradeço demais sua presença e contribuição.

Anuncio a presença do João Carlos Bertolucci, presidente da SOS Navegar 24 horas, da Asbronaut, a Associação Náutica, Esportiva e do Turismo de Brasília.

Concedo a palavra à promotora da Proureb do Ministério Público do Distrito Federal, doutora Marilda dos Reis Fontinele – já agradecendo, mais uma vez, a sua presença, doutora Marilda.

MARILDA DOS REIS FONTINELE – Cumprimento, inicialmente, os componentes desta mesa, na pessoa do deputado Gabriel Magno.

Cumprimento os senhores integrantes da sociedade civil. Cumprimento especialmente o meu colega Dênio, meu companheiro de Ministério Público.

Estamos aqui, mais uma vez, para debater sobre esse projeto.

Quero agradecer ao deputado o convite ao Ministério Público, assim como à deputada Paula Belmonte, que nos convidou também na primeira audiência pública em que estivemos aqui presentes.

A minha fala é basicamente voltada para uma questão jurídica, que é a constitucionalidade desse projeto de lei.

Conversando com as pessoas que trabalham nesse plano, que emitem as suas opiniões e dão as suas colaborações, eu descobri que vou ter muito trabalho se esse projeto for aprovado tal como está. Eu vislumbro muitas inconstitucionalidades nesse projeto. E já falei, inclusive, com a deputada Paula Belmonte que eu vou dar a minha contribuição. Vou enumerar quais são as inconstitucionalidades que eu vejo nesse projeto. Já andei falando aqui nesta audiência sobre isso.

Temos que entender algo muito importante. O CUB passa pela preservação das 4 escalas: a monumental, a gregária, a residencial e a monumental. Este é, basicamente, vamos dizer assim, o norte do plano de preservação: a preservação dessas escalas.

O projeto de lei andou muito bem quando fez aqui umas considerações, e ele fala exatamente sobre isso. O que se quer preservar? Lá no art. 10, o projeto fala que os valores patrimoniais do CUB são: a concepção das 4 escalas urbanas – que eu acabei de citar – e suas características; os valores históricos resultantes do processo de implantação da capital no interior do país, representando a afirmação da sociedade brasileira e da sua identidade no cenário mundial e a contribuição brasileira para a arquitetura e urbanismo mundiais.

Só nesses incisos nós observamos que o projeto de lei anda muito bem, obrigada. Mas, depois, nós vamos nos deparar com alguns problemas. Como é que nós vamos preservar essas 4 escalas se nós não temos um inventário prévio? O que é que nós estamos a preservar?

Infelizmente, o que é que eu observo? A própria lei, quando apresenta as Purps, que são as planilhas de parâmetros urbanísticos e de preservação, eu confesso que me dá até arrepio quando eu olho para elas. Por quê? Porque elas são exatamente o contrário do que está dito aqui na Seção I, do que é que tem que ser preservado.

Só para dar um exemplo, na Seção II, diz o seguinte: a escala residencial tem um setor específico. E nas planilhas de parâmetro, na Purp, nós vamos observar que essa escala residencial está completamente desvirtuada, porque agora essa Purp prevê área residencial nas quadras 900, que é basicamente destinada a uso institucional.

Então, como é que nós vamos preservar e ao mesmo tempo desenvolver? Já ouvi várias vezes aqui que a preservação não é engessamento. De fato, não é. Mas se não fosse importante preservar, por que teríamos um plano de preservação? Por que esse plano não foi consubstanciado em estudos? Eu tenho muita dificuldade quando eu vou fazer hoje uma ação em que o norte, o objetivo central é a preservação, por exemplo, da escala bucólica.

Nós não temos um inventário do que é a escala bucólica. E continuamos sem esse inventário nesse plano de preservação, nesse projeto. Nós precisamos, primeiro, como a Angelina falou, inventariar. Precisamos ter bem definido qual é o objeto de preservação. É como se fosse uma cláusula pétrea. Nesse ponto, não se pode, vamos dizer, mexer.

E o que acontece? Como o deputado Gabriel Magno falou no início, esse plano é tão aberto que ele passa por cima desse parlamento. Há um dispositivo na lei que fala assim: olha, ele sempre remete aos planos, aos projetos. E de onde vêm esses planos e projetos? Se nós temos que preservar Brasília como patrimônio, só quem pode mudar a estrutura e a destinação é o parlamento. Só que este parlamento, se aprovar esse projeto, o que vai acontecer? Ele vai legalizar a possibilidade de se modificar a qualquer momento. E quem vai modificar? Quem são os órgãos competentes para fazer essa modificação? Nem isso o PPCUB e esse projeto conseguem chegar ao ponto de detalhar.

Então, essa norma muito aberta, eu digo que ela é extremamente prejudicial. Nós, do Ministério Público, vamos trabalhar muito para tentar restaurar o pouco que resta de Brasília como patrimônio. Só que eu tenho muita preocupação no seguinte sentido: hoje, nós estamos debatendo isso na casa do povo. Os representantes do povo têm que estar com os olhos abertos, atentos, para realmente saberem o que querem de uma futura Brasília.

Nós queremos, simplesmente, regularizar as irregularidades? Porque o que eu vejo nesse plano é isto: a regularização de uma série de irregularidades. Chega-se ao ponto de definir – não na lei em si, mas nos anexos – que uma área não é computável como área construída. Eu não sou arquiteta, mas acredito que deve soar muito mal aos ouvidos dos arquitetos ouvir, por exemplo, que uma área de subsolo não é uma área construída. Foi para isso que o PPCUB veio?

Finalizo a minha fala dizendo o seguinte – é até um apelo ao Legislativo: não deixem essa questão, que é tão cara para Brasília, desaguar no Poder Judiciário. Aqui há a representatividade do povo. O Judiciário olhará a letra fria da lei. E, por vezes, nem sempre a resposta é a mais adequada, nem sempre ela representa os anseios de toda uma coletividade.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, doutora Marilda.

Quero parabenizá-la pela brilhante fala. A senhora usa um termo muito feliz: nós não podemos permitir que esse PPCUB seja um processo para regularizar as irregularidades para atender um interesse específico. Muitas vezes, nós observamos a diferença, a dissonância de acordo com o interesse que está colocado, muitas vezes, econômico, inclusive.

Está aqui a deputada Paula Belmonte, que também realizou uma comissão geral. Eu a parabenizo. Vossa excelência tem se debruçado muito sobre esse tema. Também está presente o

deputado Chico Vigilante.

Um dos objetivos aqui é evitarmos, ao máximo, esses processos, essa judicialização e resolvermos essas questões no espaço real, que também é o espaço do parlamento, com consultas públicas, escutando a comunidade. Talvez se precise utilizar ou não esses instrumentos. A ideia é que nós possamos sair desse processo de comissão geral, de audiência pública – mais uma vez, cito o nome da Janaina, que aqui representa a Seduh –, tentando pactuar, ao máximo, essas mediações para que nós possamos apresentar as emendas necessárias para que, de fato, tenhamos um instrumento de tudo que já foi dito aqui.

Agradeço a presença da nossa ex-vice-governadora e deputada distrital Arlete Sampaio. Ela falou “ex” aqui, mas ela não perdeu esse título.

Arlete, este é um debate importantíssimo. Inclusive há uma lei de sua autoria sobre educação patrimonial. Que todo esse processo de preservação e discussão da cidade também permeie a necessária formação, seja das novas gerações... Que entre nas escolas. Que a jornada do patrimônio, de sua autoria, se materialize também como uma agenda curricular em nossas escolas, no conjunto das escolas públicas. Que façamos esse processo.

Passo a palavra à deputada Arlete Sampaio e já levanto questões que são importantes para pensarmos na cidade.

ARLETE SAMPAIO – Obrigada, deputado Gabriel Magno. Obrigada pelo convite. Meus cumprimentos aos integrantes da mesa. Não nominarei cada um para não perder tempo, porque o tempo para nós falarmos é curtíssimo. Cumprimento todos e todas presentes nesta nossa comissão geral.

Eu vou encurtar, porque realmente esse é um tema que me apaixona. Eu adoro falar sobre Brasília, sobre a criação de Brasília, sobre o processo que levou a inscrição de Brasília como Patrimônio da Humanidade pela Unesco; a Portaria nº 314, que também define Brasília como patrimônio; depois, o decreto de autoria do José Aparecido para transformar Brasília... São 3 designações de Brasília como Patrimônio da Humanidade.

Então, nós somos a capital da nona economia do mundo, que, por acaso, é o maior território tombado do mundo: 112 quilômetros quadrados. É o único bem contemporâneo que é Patrimônio da Humanidade. Infelizmente, nem todo mundo consegue valorizar esse atributo.

Recentemente eu ouvi certas autoridades do Distrito Federal dizerem que o tombamento engessa a cidade; e ouvi outra autoridade dizer que, para ela, qualidade de vida não é o Plano Piloto, mas, sim, Águas Claras. Quer dizer, pela santa...

Um grupo de assessoria da Unesco tem acompanhado esse desenvolvimento de Brasília. Quando Juscelino falava que precisava construir barreiras, as investidas já se mostravam vigorosas. É claro que, naquele momento, não era possível pensar em tomar a cidade. A cidade tinha que se desenvolver primeiro. Ela foi tombada. Todo esse processo se deu com o processo de democratização do Brasil. Foi José Aparecido, como governador, que encaminhou todo esse processo para frente.

A Unesco nos observa. Eu morro de medo de que, em um dado momento, a assembleia da Unesco tenha que discutir o Patrimônio da Humanidade em perigo – eles fazem sempre isso – e nós percamos essa importante honraria.

Eu me lembro de que, quando eu era líder do governo Agnelo, o governo Agnelo encaminhou a esta casa um projeto, que era o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Nós fizemos várias audiências públicas e constatamos que era preciso mudar o que estava escrito naquele texto. Criamos um grupo de trabalho de que faziam parte a Câmara Legislativa – a nossa consultoria é extremamente importante, o pessoal é muito competente –, o IAB, o Iphan, a Seduh. Com vários órgãos, nós trabalhamos para melhorar esse plano, e houve a participação da sociedade civil. Concluímos esse trabalho em 2014, justamente num ano de eleições, e não houve tempo de nós o aprovarmos. Foi isso, inclusive, que levou o Iphan, na gestão da nossa querida Jurema Machado, a fazer a nova Portaria nº 166, porque precisava-se atualizar a Portaria nº 314. E, como não havia sido aprovado o PPCUB, criou-se essa portaria, que eu acho extremamente importante.

Eu queria dizer que nós somos uma cidade tombada, nós somos uma cidade inscrita na Unesco como Patrimônio da Humanidade, mas nós não somos um sítio arqueológico, nem podemos confundir tombamento com congelamento. Então, é preciso que nós saibamos como administrar essas possíveis mudanças que podem e devem acontecer, porque a cidade é dinâmica. O problema de Brasília é que ela não tem um órgão gestor desse patrimônio. Esse é o problema central.

Então, pergunto à Seduh se ela teve a preocupação de falar com o Condepac ou com a Supac sobre esse plano. Duvido que ela tenha falado. Duvido! São caixinhas que, às vezes, não se conversam.

(Soa a campainha.)

ARLETE SAMPAIO – E a questão do patrimônio (Falha na gravação.) de Brasília é discutida ora no Condepac ora na Supac. Os problemas de mudança são no Conplan. Nós já tivemos aqui órgãos como o Conpresb, que se sentava com a sociedade civil para discutir o que pode e o que não pode ser feito na área preservada, mas foi desmontado!

Eu quis ser governadora de Brasília em 2006, porque eu iria criar o Instituto Lúcio Costa para fazer a gestão do patrimônio. Quem quiser saber dos problemas de Brasília, vá um dia se hospedar nesses hotéis do centro e depois tentar andar pela cidade. Não conseguimos! Esta é uma cidade sem acessibilidade e está totalmente detonada porque não existe um órgão gestor do patrimônio e não há financiamento para garantir a preservação do patrimônio e fazer com que esse patrimônio transforme Brasília em um centro turístico fundamental para o mundo inteiro. Devemos promover o turismo cívico, o turismo religioso de toda a ordem, para que venham conhecer a inovação urbanística dessa cidade, os prédios do Niemeyer e os vitrais da nossa querida Marianne Peretti, única mulher que fazia parte do grupo que construiu essa cidade – e que nos deixou recentemente. Então, penso que esse é o problema.

Para concluir, rapidamente, digo que esse também é o problema do projeto que está na casa. Isso já foi dito pelo Benny, pela representante do Condepac e também pela representante do Ministério Público. Esse plano parece ser simplesmente um plano para regularizar irregularidades. Ele não prevê os instrumentos de preservação, como disse o Benny. Então, não é um plano de preservação!

(Soa a campainha.)

ARLETE SAMPAIO – Sabemos que a cidade é viva e que os interesses estão em disputa. Nós moramos nesta cidade, e sou apaixonada por esta cidade. Eu acho que ela tem de ser preservada dentro do projeto urbanístico previsto pelo Lúcio Costa, com todas as inovações possíveis, mas desde que sejam pactuadas, discutidas, e que a Unesco, o Iphan e todos participem e as aprovem! Penso que é assim que temos de trabalhar.

Acho que falta, deputado Gabriel Magno, de fato, um capítulo que possa definir os instrumentos de preservação. Alguém perguntou: “Quem fiscaliza?” Pois é, quem fiscaliza? Não há quem faça essa gestão! Portanto, não há quem fiscalize!

Então, esse é o problema maior que esta cidade possui, e temos de trabalhar para resolvê-lo para que ela, de fato, possa continuar sendo patrimônio da humanidade.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Arlete. Você me lembrou do ano de 2006. Que honra seria para Brasília se houvesse essa oportunidade de tê-la como governadora desta cidade, não só pelo que você disse.

Uma das questões que também estão colocadas no título de patrimônio é que Brasília também nasce para ser um laboratório de experiências de políticas públicas na saúde, na educação, na assistência social e na mobilidade. E nós estamos também vivenciando hoje esse dilema na cidade, da capacidade de o Estado responder às demandas da população nessas áreas, porque Brasília também nasceu com esse sonho. Mas a justiça será feita, ex-deputada Arlete Sampaio. Nós estamos aqui também para pensar em soluções para isso.

Nós deixamos para o final o Iphan e a Seduh, para que eles possam responder aos questionamentos iniciais. A Luízinha e a Mônica, que são da nossa assessoria, vão fazer a inscrição daqueles que quiserem fazer uso da palavra. Levantem a mão quem quiser falar. Depois da fala da Janaina, da Seduh, nós abriremos a palavra para os inscritos no plenário.

Concedo a palavra ao superintendente do Distrito Federal, Thiago Perpetuo, do Iphan. Obrigado, Thiago, pela presença. É sempre bom conversar nesta casa com o nosso Iphan.

THIAGO PERPETUO – Boa tarde a todas as pessoas presentes. Cumprimento o presidente da mesa e todos os colegas. Já tivemos uma tarde bastante produtiva porque foram falas realmente muito interessantes. Não vou cumprimentar todas as pessoas presentes porque a plateia está cheia de amigos e ex-colegas de Iphan. Portanto, fiquem todos vocês com um abraço afetuoso meu e da equipe que eu chefiar neste momento.

É a segunda vez que vimos aqui para participar dessas comissões. A primeira foi a convite da deputada Paula Belmonte, e estaremos aqui sempre que necessário para fazer e ampliar essa discussão.

Deputado Gabriel Magno, o senhor citou esse recado – vou chamar de recado porque ele literalmente foi entregue ao Rodrigo Melo Franco num papelzinho escrito de próprio punho – em que o Juscelino Kubitschek já se atentava para as problemáticas relacionadas à preservação de Brasília, em 1960. Esse papelzinho, esse recado ficou bastante famoso, mas pouca gente sabe que esse recado gerou um processo administrativo dentro do Iphan e foi respondido pelo Rodrigo Melo Franco. É bastante interessante esse documento porque, naquele momento, na resposta do Rodrigo, ele já fez uma série de análises que foram se repetindo ao longo do tempo a respeito dos desafios de se fazer a preservação de uma cidade que tem uma perspectiva muito única, mas também como é possível equacionar essa questão que estamos discutindo muito aqui – que foi repetida em diversas falas –, na perspectiva de como se pode operar a preservação sem fazer com que a cidade perca o seu viés natural de desenvolvimento?

O próprio Lúcio Costa insistia – há diversos depoimentos dele nesse sentido – em dizer que a perspectiva da preservação de Brasília deveria ser feita com bastante cautela. Exatamente porque, no próprio entendimento dele – e, mais uma vez, como historiador, eu cito documentos históricos –, no processo de tombamento de Brasília, no segundo documento – por um acaso é uma carta do Lúcio Costa –, ele faz apontamentos a respeito do que deveria ser preservado na cidade. E são basicamente uns 10 apontamentos.

Na visão do Lúcio Costa, eram questões, na verdade, muito simples que deveriam ser preservadas. Ele pensava em linhas mestras de preservação. E vejam vocês que, naquele momento, ele pouco falou especificamente das escalas. Ele deu mesmo foi direcionamentos físicos, dizendo: “Olha, é para preservar isso, isso e aquilo”. E o resto, deixa a cidade se desenvolver, que é a própria vida desse organismo incrivelmente complexo, é o que determinará aquilo que serão as modificações naturais de todos os sítios que são tombados ou não.

Com essa perspectiva e esse pensamento, a superintendência do Iphan, ao longo de todos esses anos... Eu me acosto na fala do professor Benny, porque logo que eu entrei no Iphan, por um acaso, uma das primeiras coisas que eu fiz foi analisar o produto número 1 elaborado pela equipe chefiada pela Adriana Bica, que fazia uma descrição da cidade e que foi basicamente um trabalho de fazer uma leitura do que era a cidade real naquele momento.

Desde esse momento, temos essa perspectiva na superintendência de dar contribuições para que o PPCUB tenha o máximo possível de um rebatimento em relação à norma federal. Porque seria, obviamente, um grande problema que, nesse enorme esforço de fazer essa redefinição normativa, ela fosse incompatível com a Portaria nº 166. Então, o Iphan desenvolveu uma série de pareceres, ao longo desses tempos, tentando dar essa indicação. E é claro, eu já fiz esta fala quando eu estive aqui com a deputada Paula Belmonte: nós tivemos muito cuidado de não tomarmos para o Iphan a prerrogativa do exercício do controle administrativo do ente local. Não é esse o ponto. Não é esse o nosso objetivo e não é essa a competência do Iphan. Ou seja, o Iphan não tem a competência de aprovar ou desaprovar o PPCUB. Resta ao Iphan dar essa contribuição técnica, que é o que temos tentado fazer ao longo de todos esses tempos exatamente para que consigamos equilibrar essas grandes questões.

Um outro aspecto foi muito comentado aqui nas falas que me precederam e penso ser muito importante as utilizar, no pouco tempo que me resta, exatamente para dar essa contribuição que o Iphan, enquanto instituição, pretende oferecer nos próximos tempos. Como todos sabemos, tivemos um período muito difícil em termos de relação com o governo federal, no governo anterior, e uma das perspectivas que não lembro se vocês recordam, mas que para o Iphan teve impacto muito grande, foi aquele decreto presidencial que descontinuou uma série de comitês e organizações. Aquilo teve um impacto muito específico, porque acabou atravancando um processo que estamos tentando retomar no Iphan, que é o de exatamente fazermos a organização dos comitês gestores. Aliás, essa é uma recomendação e não uma imposição, mas uma recomendação dos organismos internacionais para todos os sítios declarados patrimônio da humanidade.

Temos em curso um debate interno na superintendência, que é um debate relativo à especificidade de Brasília com relação a esses comitês gestores. Por quê? Brasília, como já foi dito, é o maior centro urbano tombado de que se tem notícia e ele tem uma série de complexidades do ponto de vista político-administrativo, porque nós somos a sede dos poderes da República, há diversas regiões administrativas dentro da área tombada e uma série de instituições de interesse – e, em tese,

todas elas têm que ser contempladas nesse comitê gestor. A ideia é ter uma ampla participação institucional e também social.

Então, o Iphan tem se deparado com esse enorme desafio. E o que temos de fazer? Como vamos equacionar isso?

Vejam que a Pampulha tem um comitê de que participam 7 instituições. Nesta mesa, por exemplo, há 13 pessoas que estão representando instituições. E não estamos falando a respeito, por exemplo, de todos os ministérios que eventualmente queiram participar, de todos os conselhos comunitários, de todos os administradores regionais. A complexidade de Brasília, para a aplicação desse modelo, é enorme.

Neste momento, estamos passando por um período muito virtuoso em que o Iphan está revendo uma série de políticas. Especificamente com relação a esse comitê gestor – que não será um comitê gestor do Iphan, pelo amor de tudo o que é mais sagrado, pessoal; será um comitê da cidade, um comitê para a gestão compartilhada desse sítio enormemente complexo –, quero dizer que farão parte dele todas as instituições interessadas. É evidente que o cabe ao Iphan ser o mediador entre os organismos internacionais, como o Icomos e alguns outros, não simplesmente o Icomos, mas não será um conselho do Iphan.

Existe uma expectativa de que até o final do ano, internamente, haja uma nota técnica orientativa para todas as superintendências que trabalham com essa perspectiva da gestão compartilhada dos sítios declarados como patrimônio da humanidade. Será basicamente um manual orientativo que dará início a esse processo de fazer essa junção do poder público local, das instituições interessadas, das universidades e dos conselhos comunitários, para organizarmos esse fórum de decisão de que tem sido falado bastante aqui.

É evidente que, se houver uma previsão específica no PPCUB com relação a dar apoio, aporte a esse tipo de iniciativa, já vamos sair com um ganho muito positivo relacionado a essa perspectiva, porque é muito difícil equacionar todas essas perspectivas, todas essas vozes. Isso é muito difícil. Todos nós sabemos que o Estado brasileiro, de modo geral, mais repele do que agrega a participação popular.

É um desafio que está posto e esperamos que, deste ano para o próximo, já consigamos fazer as primeiras conversas com todos os interessados para montarmos esse comitê gestor, sob a orientação da Unesco.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Thiago.

Não vamos propor que o comitê gestor seja do Iphan, não; pode deixar, mas vamos convidar o Iphan a sempre estar presente nos debates.

Passo a palavra à Janaina Vieira, secretária-adjunta e representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Obrigado pela presença e pela disponibilidade da Seduh quanto a essa pauta, para o debate dessa agenda, em todo esse processo de discussão do PPCUB; não só do PPCUB, mas de outros instrumentos sobre os quais nós temos nos debruçado nesse último ano.

Apresentados esses questionamentos, eu já anuncio que tivemos 12 inscrições. O deputado Chico Vigilante e a deputada Paula Belmonte, quando quiserem falar, devem combinar com quem está inscrito. Serão 3 minutinhos para cada inscrito, para dar tempo de todo mundo falar, organizando bem a fala, porque o nosso teto para desocupar o plenário é às 19 horas, pois há outras agendas. Depois, retornamos à mesa para as considerações finais, para passar algum detalhe e combinar os encaminhamentos.

Concedo a palavra à Janaina Vieira, da Seduh.

JANAINA VIEIRA – Boa tarde a todos. Em nome do secretário Marcelo Vaz, eu quero agradecer ao deputado Gabriel Magno, agradecer a todos os presentes à mesa e a todos que estão aqui.

Esse projeto de lei complementar não é um projeto de lei fácil, assim como todos os projetos voltados para a questão de urbanismo, de gestão da cidade. O deputado Gabriel Magno tem nos acompanhado em vários... Encaminhamos à Câmara Legislativa vários projetos de lei para tentar melhorar essa questão da gestão da cidade, e esse é um dos grandes projetos importantes que a cidade precisa.

O PPCUB é um projeto difícil, há muitos anexos, há muitas considerações, é um projeto que está sendo discutido há mais de 10 anos, só para vocês verem o tempo que faz que ele está sendo

construído – o Benny comentou sobre a Briane, que começou com ela lá atrás. Ele já passou por várias gestões, por vários secretários, vários subsecretários; é, sim, um projeto que está sendo discutido há muito tempo; já foi e já voltou com muitas ideias.

Hoje, na nossa gestão, a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano é uma equipe extremamente técnica, composta por arquitetos, urbanistas, todos com mestrado, doutorado, que realmente estudaram e estudam isso há muitos anos e que chegou nessa proposta final que estamos trazendo. Pode não ser o melhor projeto, mas é o projeto de lei que temos.

Por que isso é importante? Eu quero deixar claros alguns pontos que foram levantados aqui, pois eu acho que talvez seja uma questão mesmo de leitura do projeto de lei, como eu falei, não é um projeto muito fácil. Eu acho que é muito importante a secretaria estar sempre presente em todos esses eventos – estivemos sempre presentes em tudo – para tentar esclarecer o máximo possível para a população, para os deputados, o que significa esse projeto de lei.

A primeira coisa é exatamente o que todo mundo comenta sobre a questão dos 3 produtos: a lei de preservação; a lei de uso e ocupação do solo; e o plano de desenvolvimento local. Com a lei de preservação, tentamos ao máximo cumprir toda a legislação vigente; colocamos todos os pontos de todas as legislações; tentamos não ultrapassar, em nenhum momento, o que está previsto na Portaria nº 166 – nós estamos levando em consideração tudo o que está na Portaria nº 166 –; nós colocamos alguns pontos a serem questionados, a serem discutidos com o Iphan – discutimos com o Iphan, voltamos atrás em alguns pontos, deixamos algumas coisas para estudar mais para frente, como a questão da moradia no Setor Comercial Sul.

O Iphan, no seu parecer, quando apresentamos o projeto de lei do programa “Viva Centro!”, não negou a destinação residencial no Setor Comercial Sul; ele pediu para fazermos novos estudos para saber como essa atividade ia ser encaixada nesse novo local. Foi isso que foi solicitado no parecer do Iphan, e foi por isso que também colocamos esse estudo em “planos, programas e projetos”, como plano para desenvolvimento de uma determinada região da área tombada.

O plano de desenvolvimento – que são os planos, programas e projetos – não é um cheque em branco. Quero repetir isso mil vezes, se for preciso: ele não é um cheque em branco. Falo para vocês que quase 100% dos estudos previstos em “planos, programas e projetos” terão que ter um projeto de lei, uma lei específica, terão que ter audiência pública. Isso é bem claro para nós e para a secretaria. Não há essa possibilidade de ser um cheque em branco. Nós nunca pensamos nisso, a equipe nunca pensou. O que nós pensamos? Pensamos que tínhamos projetos para serem estudados, mas nós não tínhamos equipe nem condições de resolver tudo o que queríamos resolver para colocar no PPCUB. Então, pensamos: “Como vamos fazer? Vamos deixar para ser estudado um pouco mais para frente, mais detalhadamente”. Esse era o objetivo.

No caso do residencial do Setor Comercial Sul, esse foi o objetivo. Não é porque “o Iphan fez isso, ou a Seduh fez isso”. Esses não foram os objetivos nem de um nem do outro; nós só precisávamos de tempo para melhorar a proposta que foi apresentada na época. Só isso. Eu queria deixar claros esses pontos.

Hoje, para nós, a equipe técnica da Seduh, os planos, programas e projetos não são um cheque em branco; são oportunidades que temos para desenvolver a cidade futuramente. Se isso vai ser no mês que vem ou no ano que vem, essa vai ser uma definição que teremos que fazer com a comunidade, em audiência pública, com as instituições necessárias para desenvolvermos esses estudos. Esse é um ponto que eu gostaria de deixar bem claro.

Outro ponto é com relação ao plano de ocupação. Há que se deixar também bem claro que o plano de ocupação é a atualização da legislação hoje existente para todos os lotes que estão dentro da área do CUB. A lei de uso e ocupação tem 2 caracteres; há os parâmetros urbanísticos, que são: coeficientes, afastamento, altura – esses são um ponto –; outra coisa é a questão do uso: o que eu posso ter dentro desse lote.

Uma das maiores questões que temos aqui, de qualquer área, seja dos deputados, seja do setor produtivo ou das associações, é: “O que eu posso fazer nesse meu lote?” “Qual é o uso permitido nesse lote?” Para eu poder descobrir qual é o uso possível nesse lote, eu tenho que ler 2 ou 3 leis existentes hoje. Então, isso não é transparente para a comunidade, isso não é transparente para a sociedade, isso não é transparente para ninguém. E, aí, nós ficamos discutindo essa questão, o que não é saudável – entenderam? – para a preservação da área tombada. Se eu não tenho claro o que eu posso, passa a interpretação de que eu posso fazer qualquer coisa, e não é por aí. Não é. Não posso fazer qualquer coisa, mas eu também não posso não fazer nada. Eu acho que isso também tem que

ficar claro.

Nessa proposta, nós evitamos, ao máximo, mexer em parâmetros urbanísticos. Quais são os parâmetros? Altura, coeficiente, afastamento. Nós evitamos ao máximo. São poucas as atualizações, sim. São poucas atualizações, querendo ou não, para poder atender o que hoje, infelizmente, já está construído. Há alguns casos de regularização? Há, sim, casos de regularização, gente. Infelizmente as coisas aconteceram, a cidade mudou. A legislação não acompanhou essas alterações; no entanto, a questão de uso, sim. Nós estamos fazendo várias propostas de implementação de usos que antes não eram permitidos nos lotes. O uso não vai interferir no tombamento. O que mais interfere no tombamento é a questão de volumetria, se está interferindo nas áreas verdes, a questão de mobilidade, de sistema viário, essas coisas.

É importante, também, deixar clara essa diferenciação na Lei de Uso e Ocupação do Solo prevista. Uma coisa é a atualização dos usos permitidos para cada lote, outra coisa são os parâmetros urbanísticos que influenciam diretamente nas características do tombamento. São duas coisas que temos que separar. Essa é outra questão.

Desculpe-me, deputado Gabriel Magno, eu estar me estendendo, porque eu acabei tendo que responder outras coisas.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Não, Janaina, você pode falar, porque eu acho que as suas explicações ajudam muito no debate. O controle, aqui, é feito pelo sistema mesmo.

JANAINA VIEIRA – Então, vamos lá.

Quero falar sobre 2 pontos importantes que o Benny e o próprio deputado Gabriel Magno comentaram.

Primeiro, a questão dos instrumentos previstos e sobre como nós vamos fazer essas preservações. Nós definimos, sim, no projeto de lei, no final do Título III, todos os instrumentos do Estatuto da Cidade que nós podemos utilizar para ajudar essas preservações. Cada instrumento desse ainda vai ter que ser regulamentado, porque está previsto na lei e nós vamos ter que regulamentá-los. A regulamentação vai trazer as diretrizes específicas para a área tombada. Nós estamos prevendo, mas como vai se fazer será visto a partir da regulamentação. Isso é bom também deixar claro.

Sobre a questão do comitê, o Thiago até comentou um pouquinho. Apesar de haver esse comitê, que é uma proposta sobre a qual já havíamos conversado outras vezes, no PPCUB também há um título inteiro sobre a questão da gestão compartilhada em relação à área tombada. Lá constam todos os órgãos cuja participação é importante. Há a proposta do acordo de cooperação técnica que temos com o Iphan. A Secretaria de Cultura e o DF Legal participam também. Quem mais que participa? Secretaria de Cultura, Iphan... Hoje já fazemos essa gestão, temos reuniões periódicas com esse grupo e todos os projetos que estão em desenvolvimento, dentro da área do CUB, são levados para esse comitê. Discutimos as soluções, analisamos, vemos se isso vai acarretar algum impacto no patrimônio, voltamos, mandamos para o interessado, conversamos. Então, isso já ocorre. Aqui no PPCUB, estamos reforçando essa questão da gestão compartilhada. Isso é um instrumento importantíssimo para conseguirmos manter todas essas características aqui da área tombada e as características patrimoniais. Realmente, não estamos abrindo mão disso. Isso está previsto na lei.

Quanto a essa questão do plano de preservação, das escalas, eu vou deixar a minha amiga Giselle comentar, porque ela adora explicar isso. Eu acho a explicação dela perfeita. Não há como fazermos um projeto desse nível se não levarmos isso em consideração e dizer que isso não está sendo considerado. Não há como fazermos isso. Isso está sendo considerado. Não sei se não está claro ou se não é o suficiente. Podemos discutir isso, mas dizer que não levamos em consideração, que isso não foi analisado, que isso não está previsto, não há como. Seria até uma ofensa para vocês aqui do parlamento, eu não apresentar o princípio básico de qualquer projeto de preservação aqui na área tombada. Não há como não fazermos isso. Eu quero deixar bem claro para vocês.

As questões das planilhas é o ponto mais crucial de todo esse plano. Tentamos colocar as planilhas em uma leitura o mais acessível possível, mas não é uma leitura fácil. Nós vamos estar sempre à disposição na secretaria. Estamos instruindo todo o *GeoPortal* agora. Vocês verão, daqui uns dias, assim que – se Deus quiser, deputada – se aprovar o PPCUB, cada planilha no *GeoPortal*, lote a lote. Em cada lote que você clicar, vai haver a planilha responsável por cada lote. Estamos tentando deixar as coisas mais transparentes e mais legíveis possíveis para a população, que não tem tanta facilidade de entender isso, exatamente porque sabemos que não é uma coisa fácil.

É um trabalho nosso na secretaria, é um compromisso nosso de realmente trazermos essas

questões para podermos conversar aqui. Estamos sempre à disposição e sempre estivemos. Eu quero que vocês contem conosco também para tudo isso.

Deputado, desculpa ter me alongado um pouquinho, mas eu precisava esclarecer alguns pontos para podermos dar início às próximas falas.

Obrigada, gente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Janaina. Eu acho importante isso. Nós vamos dialogar aqui e fazer alguns apontamentos.

Antes de passar a palavra ao primeiro orador aqui do nosso plenário, que vai ser o João Almeida – já pode se preparar –, vou passar a palavra à deputada Paula Belmonte. Agradeço, deputada Paula Belmonte, mais uma vez aqui, a presença, também reconhecendo como seu mandato tem se debruçado sobre esse assunto.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata, presidente. Eu quero parabenizar pela realização de mais uma audiência pública a respeito do PPCUB. Quero agradecer também a oportunidade desta presidência. O senhor tem feito um trabalho de excelência na Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa, a qual preside.

Incrível, como eu sempre falo, quando tenho oportunidade, eu gosto de chamar a atenção da população: na Câmara Legislativa, nesta legislatura, deputada Arlete Sampaio – espero que isso tenha acontecido em todas as legislaturas –, temos pontos muito em comuns para fazermos a transformação do Distrito Federal independentemente de ideologia.

Há, nesta casa, partidos que pensam diferentes ideologicamente, mas que estão unidos em prol do Distrito Federal. Quero ressaltar isso do meu colega, amigo, deputado Gabriel Magno, porque, muitas vezes, estamos juntos em prol do Distrito Federal. Isso faz com que o parlamento se fortaleça. Aqui não há, vamos dizer, essa pauta é minha; não é sua, mas sim: essa pauta é de todos nós.

Esta é a terceira audiência pública que a Câmara Legislativa faz a respeito do PPCUB. Há uma proposta que foi demandada pelo Colégio de Líderes e que vamos discutir. A nossa preocupação – cumprimento a todos – é não termos pressa. Quando se fala: estamos estudando esse assunto há 10 anos. Ok. Há 10 anos estão estudando, mas com atores diferentes. Hoje estamos em uma legislatura em que há atores diferentes, em um momento diferente. Eu não me sinto pressionada com essa pressão de que temos que votar esse projeto em junho, julho. Muito menos me sinto pressionada em votar esse projeto. Vejo que estamos na Câmara Legislativa – como foi dito pela doutora Marilda – como representantes do povo. Precisamos opinar, porque temos essa responsabilidade, deputado, de opinar a respeito do projeto.

Como foi dito, é um projeto que requer, realmente, muito conhecimento e cada um de nós aqui têm. Eu sou empresária, não tenho conhecimento arquitetônico, mas precisamos estar juntos. A Câmara Legislativa, com seus técnicos, está estudando o projeto para que tenhamos exatamente o conhecimento, a informação para que votemos o melhor para Brasília.

Na audiência pública que tivemos, que foi o iniciar dessa discussão, proposta pela nossa comissão da qual sou presidente, a Comissão de Fiscalização e Transparência, percebemos que ninguém está falando: “não vamos votar o projeto”. Por mais que tenhamos divergências, queremos votar um projeto que seja o melhor possível. É essa a responsabilidade que temos que ter, deputado. Primeiro, votar o melhor possível para o Distrito Federal, cuidando para que os interesses individuais não estejam acima dos interesses coletivos.

Quando se fala: nós vamos regularizar algumas situações. Quais são essas situações? É importante dizer isso. Quais são essas pessoas que estão sendo beneficiadas com esse atual projeto do PPCUB? O que elas têm de responsabilidade para pagar ao nosso Estado? Porque não podemos também regularizar algumas situações individuais e ficar por isso mesmo.

Precisamos mostrar que o Estado é importante e que temos que ter responsabilidade perante ele e pelo desenvolvimento econômico da nossa cidade. Agora, também, não podemos – como foi dito aqui por muito dos senhores – colocar o engessamento como algo prioritário. Não. O desenvolvimento não é antagônico ao tombamento. Podemos andar juntos. Temos que ter cuidado, sim – como foi dito aqui –, porque esta é a capital federal da nona economia mundial, onde há uma aptidão.

Não sou brasiliense, vim para cá com 2 anos de idade, mas sinto muito honra de Brasília. Brasília é linda! Ela é mesmo uma cidade abençoada por Deus! Brasília é uma cidade coesa. Somos a possibilidade de sermos referência na educação, na saúde. Infelizmente, ainda não chegamos lá, mas esse quadradinho tem essa possibilidade. Temos que procurar preservar esse quadradinho, para que

ele continue com a aptidão natural dele, que é ser a nossa capital federal.

Deputado Gabriel Magno, eu tenho visitado o setor de desenvolvimento, eu tenho visitado o Ministério Público, eu tenho visitado entidades e institutos, para cada vez mais conhecer a matéria.

Pela minha visão, temos que continuar trabalhando, mas não temos que nos sentir pressionados para votar isso no mês de julho. Há ainda um tempo para votar isso. A Janaina disse que foi feito o melhor possível. Sim, mas é na hora do parlamento que realmente o projeto é aprimorado. É na hora da discussão. Houve audiências públicas, mas muitas pessoas reclamam que ainda não houve participação popular. Essas pessoas têm que ser escutadas! O que houver de contribuição e de emendas para melhorar o projeto tem que ser passado por audiência pública, para que possamos saber se as pessoas estão, pelo menos, aderindo ao que está sendo proposto pela Câmara Legislativa. Há tempo, e isso não quer dizer que não vamos votar o projeto. Mas precisamos de tempo para votarmos o que for melhor.

Há outra coisa, deputado, que chamou muito a minha atenção na fala da doutora Marilda. Eu sou uma parlamentar que veio da Câmara dos Deputados e estou na Câmara Legislativa. O Poder Legislativo é o primeiro poder abordado pela Constituição federal. Na sequência, vem o Poder Executivo. Por que o Poder Legislativo é falado na Constituição em primeiro lugar? Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário. Existe um porquê nisso. É que o Poder Legislativo representa 100% da população! Então, não podemos abrir mão, em nenhum momento, de o Poder Legislativo legislar. Se esse projeto, em algum momento, abre mão da participação do Poder Legislativo, já digo que ele não funciona para mim. O que precisamos fortalecer aqui é o fato de o Poder Legislativo representar, como foi dito aqui, 100% da população, para que seja fortalecida a participação popular, a participação das pessoas.

Tenho a convicção de que este projeto está sendo olhado por muitos. Tenho certeza absoluta de que a nossa capital federal... Fui visitar o Sinduscon, a Ademi...

Não gosto de falar que esse projeto só tem a visão empresarial. Não o vejo dessa maneira. Vejo que o desenvolvimento da nossa cidade é importante para a geração de emprego, para a geração de moradia. A estrutura de Brasília é muito cara, mas precisamos ter cuidado para que esse projeto seja votado de uma maneira madura e responsável.

Somos diferentes das grandes metrópoles. Somos a capital do país. Temos uma característica, que é esse tombamento, que nos traz muita honra e muito orgulho. Mas esse tombamento não pode engessar, de alguma maneira, o nosso desenvolvimento.

Estou à disposição, juntamente com o senhor, deputado, e outros deputados que também estão envolvidos e imbuídos em estudar esse projeto, da melhor forma possível, para que mostremos para a população a responsabilidade da Câmara Legislativa.

Temos consciência de que, ao longo desses 10 anos e dos 64 anos de Brasília, muita coisa mudou. Sabemos disso, precisamos fazer essa atualização, mas temos que fazê-la com cuidado, pois a nossa capital, graças a Deus, é uma capital diferenciada de outras metrópoles.

Sou grata a todos que estão nos escutando. Não vou continuar na audiência porque tenho um compromisso às 18 horas, mas contem comigo para que fortaleçamos esse projeto e façamos com que seja votado com a maior transparência, cuidado e sem pressa. Sem pressa! Esta é a palavra que tenho a dizer sobre esse projeto: nós não temos pressa de votá-lo neste semestre.

Muito grata a todos. Que Deus abençoe cada um de vocês! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Na presença da Seduh, reforço esse encaminhamento de que nós precisamos ter o tempo necessário para aprofundar o debate e, se necessário, entrar nos elementos que a Janaina apresentou. No final, Janaina, também vou tentar pontuar algumas contradições que já identificamos.

Eu quero reforçar muito uma tese. No Brasil, estamos vivendo um problema, que precisamos superar, que diz respeito ao planejamento das nossas cidades. Durante muitos anos, por muito tempo, em parte sim, o chamado setor produtivo – mas não quero generalizar – teve ou tinha como concepção que era necessário flexibilizar as normas e que a preservação era uma barreira para o desenvolvimento.

Eu faço questão de afirmar, mais uma vez, como o Soneca acabou de dizer: a preservação é condição do desenvolvimento, pois a flexibilização de normas de proteção, a flexibilização de normas de preservação, inclusive ambientais, têm levado as cidades do mundo inteiro ao desastre – como o

que estamos vendo agora, no Rio Grande do Sul –, à destruição, e têm levado as pessoas a ficarem desabrigadas.

Essa é a condição e a essência que nós precisamos pensar juntos, deputada Paula Belmonte. Tenho certeza do seu total compromisso com esta agenda de pensarmos o passado e o presente de Brasília e as suas próximas gerações com essas condições todas. Eu lhe agradeço a presença. Se vossa excelência precisar sair, fique à vontade. Sei que seu mandato está acompanhando essas discussões.

Concedo a palavra ao João Almeida, morador da Vila Telebrasília que tem uma luta grande, seja no movimento cultural, seja no movimento de moradia. Obrigado pela presença, João.

JOÃO ALMEIDA – Obrigado, deputado Gabriel Magno, pelo convite.

Eu queria saudar todos os presentes na pessoa da querida ex-deputada Arlete Sampaio, que, antes de ser vice-governadora e deputada, foi uma guerreira nas lutas democráticas desta cidade. São essas lutas que nos possibilitam, hoje, fazer um debate tão rico como esse, um debate que, por pouco, não vimos solapado no dia 8 de janeiro, de triste memória. Mas aqui estamos para reafirmar os valores do debate público e buscar construir o consenso.

Eu queria falar mais do PPCUB, mas, nos 3 minutos, vou ter que me ater a uma questão bem específica, a questão da Telebrasília. Como muitos sabem, a fixação da Telebrasília foi resultado de uma luta aguerrida dos seus moradores, que, desde o processo da retomada democrática, lutam para ver reconhecido o seu direito de permanecer ali.

Essa luta, evidentemente, colocou em lados opostos vários setores da sociedade. Houve várias discussões com o Iphan e, finalmente, houve a fixação da Telebrasília com êxito, em respeito à memória dos seus moradores e por ela estar dentro da concepção que constava do Decreto nº 10.829 e da Portaria nº 314, que lançava um olhar sobre as áreas construídas na época da construção da capital e consagradas pelo uso popular. A Telebrasília foi tão reconhecida pelo uso popular, que o primeiro veto do então governador do Distrito Federal a ser derrubado nesta casa foi o veto à fixação da Telebrasília. A Câmara Legislativa reconheceu o uso popular. Apesar disso, tivemos que lutar mais um tanto de anos por esse direito, pois, mesmo com a lei aprovada, queriam tirar a Telebrasília do local.

Deputada Arlete Sampaio, chama atenção que setores que sempre foram contra a Telebrasília, quando saiu a fixação...

(Soa a campainha.)

JOÃO ALMEIDA – ... queriam aumentar a Telebrasília, queriam criar lotes para distribuir a seus protegidos. Isso é o que estamos vivendo hoje.

Por isso, eu queria fazer este apelo à secretária-adjunta do Desenvolvimento Urbano: que nos ajudasse a evitar uma violência que hoje está sendo costurada na Telebrasília. Que violência é essa? Existe uma ata de uma reunião, no Iphan, de 2004 – inclusive a deputada Arlete Sampaio esteve presente –, que dizia que a Telebrasília se resumia ao seu núcleo histórico fixado ali, que uma tentativa de se criar uma expansão da Telebrasília devia ser desconstituída e a área incorporada às áreas verdes da Telebrasília. Isso foi em 2004.

(Soa a campainha.)

JOÃO ALMEIDA – Vinte anos depois, ali é colocado o mesmo peso. Hoje está sendo construída a doação desses lotes para cooperativa de policial civil. O que isso tem a ver com os objetivos da fixação da Vila Telebrasília, fixação que houve para se preservar uma memória histórica? Faço essa denúncia aqui.

Outra questão importante: agora saiu uma licitação e, mais uma vez, eu queria apelar para a Seduh barrar essas questões, porque estamos discutindo o PPCUB, no qual a Telebrasília está inserida. Não se pode abrir os portões, soltar a boiada, passar o trator por cima, quando a sociedade está fazendo um debate importante desse sítio. Não dá para fazer licitação a fim de entregar lote para policial civil sem que esse debate seja realizado.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Por favor, conclua, João.

JOÃO ALMEIDA – Eu vou concluir.

Está sendo feita uma licitação para passar um lote, destinado a equipamentos comunitários, para uma igreja em Samambaia. O que uma igreja em Samambaia tem a ver com um terreno

destinado a equipamentos públicos, na Vila Telebrasil?

Por fim, eu só gostaria de dizer que precisamos resolver questões urgentes. Por exemplo, na Vila Telebrasil, há uma farmácia cujo alvará foi cassado. A justificativa é que o projeto urbanístico da Vila Telebrasil – o refeito e não o dirigido pelo Benny – não prevê farmácia. Prevê bar e 500 coisas.

Lamento que nenhum representante da Administração de Brasília (*sic*) esteja aqui porque essa questão precisa ser tecnicamente resolvida, pois se trata de humanidade. Como um lugar daquele tamanho não tem o direito de ter uma farmácia?

Deputado, muito obrigado pela paciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, João.

Peço que todos os oradores respeitem os 3 minutos, porque são 14 inscritos. Assim, todos poderão falar.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Chico Santana, jornalista.

CHICO SANTANA – Boa tarde a todos. Deputado, obrigado pelo convite. Cumprimento a mesa na pessoa da ex-vice-governadora do Distrito Federal e ex-deputada distrital Arlete Sampaio.

Vou ser bem sucinto.

Nós falamos em cheque em branco. Concordo com essa preocupação e acho que a promotora está certa. Contudo, o que mais me preocupa não são os cheques em branco pré-datados, mas, sim, os Pix imediatos que o projeto já traz.

O primeiro ponto que trago é o dispositivo que disciplina a passagem do cabeamento aéreo. Em primeiro lugar, só se faz menção a cabeamentos elétricos. Não sou advogado, mas acho que, quando se fala cabeamento elétrico, se exclui fibra ótica, televisão, telefonia e o que mais a tecnologia vier a disponibilizar.

O Plano Piloto não é mais um território imune aos cabeamentos elétricos. A lei proíbe cabeamento elétrico apenas no interior das quadras, na W3 e no Eixo Monumental. Isso significa que vão existir corredores de fios pela W5, W4, L2, L3 e L4. No momento em que cidades como São Paulo estão gastando fortunas para enterrar os seus cabos, o Distrito Federal não pode permitir isso. O Iphan proibiu o uso de fiação aérea para o VLT. Acho que a mesma lógica deveria ser usada em qualquer outro tipo de cabeamento.

Ex-deputada Arlete Sampaio, comparando esse projeto com o elaborado no governo Agnelo, algo me chamou a atenção. Naquela época, o chamado pátio ferroviário – em que hoje há um projeto de residências para 70 mil pessoas – fazia parte da poligonal do CUB. Hoje, não mais faz parte da poligonal do CUB. A poligonal termina na Epia – vem a Rodoferroviária, o pátio ferroviário e, depois, entra no CUB o Parque Nacional de Brasília. Até entendo por que fizeram isso. Mas, se queremos preservar tanto o parque quanto Brasília, temos que nos preocupar em reintroduzir isso, porque está sendo construído um maciço imobiliário que começa no Pôr do Sol e termina no Noroeste. Vai existir uma massa de prédios nesse corredor sem qualquer infraestrutura, sem transporte específico e tal.

Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é a questão da necessidade de o projeto criar as regras de fiscalização, as penalidades resultantes da fiscalização e os atores que vão fazer essa fiscalização.

Hoje eu sou morador do Park Way. Para solicitarmos a retirada de uma área invadida lá, ligamos para o Ibram; o Ibram manda ligarmos para a PM; ligamos para a PM, a PM nos manda telefonar para a Dema; ligamos para a Dema, a Dema nos manda ligar para o DF Legal. Moral da história: não há quem fiscalize o Park Way, que é um cinturão verde do próprio CUB. Isso também acontece no Lago Sul, no Jardim Botânico e em várias outras áreas.

Nós não podemos permitir essa indefinição de ator fiscalizador, e até punitivo, dentro do Plano Piloto, senão vai ficar nesse jogo de empurra e, quando olharmos – o procurador Dênio sabe bem disso, porque estamos sempre recorrendo ao Ministério Público –, as coisas estarão acontecendo, pois nascem do dia para a noite e não existe um ator que possa agir imediatamente, de pronto.

(Soa a campanha.)

CHICO SANTANA – Não vou mais me alongar. Esses eram alguns dos pontos.

Quanto ao último ponto, eu cheguei a consultar inclusive a Seduh, confesso, doutora Janaína, que eu achei fraca a resposta de vocês. Ele é o seguinte: a expansão do metrô até o Bragueto, até o

final da Asa Norte, está prevista há 40 anos. O PPCUB não define nem os locais das estações na Asa Norte, nem o tipo que as estações vão apresentar. Vão ser estações com edificações acima do nível da superfície, vão ser pequenos centros comerciais? O que haverá lá? Não diz. Só diz que tem que ser padronizado. Ou o GDF já desistiu de expandir o metrô até o final da Asa Norte?

Há outro tema: o VLT. Sabemos que a Semob elaborou um projeto de VLT. O projeto está no Tribunal de Contas para serem arrumados determinados problemas de ordem de licitação. Esse projeto prevê a transformação do canteiro central da W3 no que é denominado *rambler* do Cerrado.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir.

CHICO SANTANA – Concluindo, um grande calçadão de 15 quilômetros, em que a concessionária do VLT terá direito de criar unidades comerciais sobre esse calçadão central. Eu não vejo nenhuma interferência maior que possa existir na W3, no projeto da W3, do que isso – além do impacto que eu acho que será uma pá de cal para os comerciantes que hoje esperam esse VLT como o soerguimento da W3.

A desculpa ou a resposta que a Seduh nos deu é que não foi contemplado porque a eletrificação da catenária não foi aceita pelo Iphan. Ora, uma coisa não tem nada a ver com a outra. A catenária pode ser substituída por *n* outras tecnologias e o Iphan não proibiu o VLT. Corrijam-me se eu estiver errado. Mas está lá *rambler* do Cerrado.

Como isso será tratado dentro do PPCUB?

Eram esses os pontos que eu gostaria de questionar. Obrigado por ter ampliado o meu tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito bem, Chico. É importantíssimo dizer não só sobre a autorização do cabeamento em áreas da zona tombada, mas com uma certa complacência com outras áreas: o Sudoeste, o Noroeste, o Cruzeiro.

Sabemos da importância do cabeamento subterrâneo, porque é ele que permite andarmos por Brasília e vermos esse tanto de árvores e a cidade parque acontecer. O cabeamento aéreo, muitas vezes, impede que isso aconteça. E, quanto a essa questão da zona de amortecimento, quando vão se tirando áreas do conjunto do PPCUB, vai-se diminuindo também essa importante zona para preservar o centro da cidade.

Neste momento, concedo a palavra ao senhor João Accioly, que é o vice-presidente da Sinduscon; logo após, à senhora Vera Ramos, que é do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

JOÃO ACCIOLY – Boa noite. Eu queria agradecer pelo convite. Na pessoa do deputado Gabriel Magno, eu cumprimento a mesa e todos os presentes.

Nós estamos representando a entidade Sinduscon. A Sinduscon é uma entidade que representa as empresas de construção civil dentro do Distrito Federal, tanto da área de incorporação imobiliária como da área de obras públicas e prestação de serviço de uma forma geral.

Em primeiro lugar, sou arquiteto, urbanista. Tenho escritório de arquitetura e também atuo na área de construção civil. Tenho empresa de construção civil. Nós atuamos mais na área de incorporação imobiliária. Nós temos uma vivência e uma experiência de estar atuando no Distrito Federal.

Eu vim para Brasília com 4 anos de idade; então, eu sou daqui. Estamos atuando no mercado há pouco mais de 40 anos. Então, vivenciamos muitos problemas, todos do dia a dia da ocupação urbana, de uma forma geral. É muito importante destacar a questão do regramento, porque as legislações têm este objetivo de estabelecerem regramentos, limites, com objetividade e com efetividade.

O desafio de estabelecer esses regramentos, aliados à questão – que eu acho que é a principal – da preservação do patrimônio, é bem maior do que uma simples lei de uso e ocupação, que é o que há para o restante do Distrito Federal, mas que também tem um grau de complexidade enorme. Aqui, o grau de complexidade é maior.

Eu tinha anotado vários pontos para colocar, mas eu acho que não dará tempo. Então, eu vou me ater a um ponto específico, que diz respeito ao seguinte: toda vez que vamos fazer um trabalho de planejamento estratégico, tentamos entender a nossa posição. Primeiro, avaliamos de onde viemos; onde estamos; e para onde queremos ir.

Eu queria destacar o trabalho que vem sendo construído, que vem sendo feito nesse PPCUB há

mais de 12 anos. Pelo menos estamos participando desse processo há mais de 12 anos. É muito difícil não reconhecer a evolução que esse trabalho teve ao longo desses 12 anos – um trabalho que vem agregando e buscando pesquisar e formar consistência.

O que eu queria comparar: de onde estamos; de onde viemos; e para onde iremos? A nossa atual legislação: hoje, não temos nada. Temos um pequeno norte definido pela Portaria 166, que complementa a Portaria 314. Se se for observar, na essência, o principal aspecto abordado por essas legislações, esses instrumentos legais – por essas portarias, na verdade – é exatamente...

(Soa a campainha.)

JOÃO ACCIOLY – ... os gabaritos, as ocupações. Então, é muito difícil, para nós, entender como preservar sem estabelecer os limites das ocupações, principalmente em Brasília, que é da escala urbana. Não é uma edificação que está sendo preservada, é o urbanismo.

Preservar o urbanismo é exatamente a essência, é estabelecer os limites de ocupação e como qualificar esses espaços urbanos que serão preservados. Estabelecer limites de altura, de afastamento, taxas de áreas verdes, taxas de ocupação, coeficiência de aproveitamento, isso é a essência dos limites que nós precisamos estabelecer, para que, com isso, também possamos garantir a preservação do patrimônio.

Eu estou destacando que a legislação atual é extremamente confusa. Ela é desatualizada, cria um enorme ambiente de insegurança jurídica para qualquer cidadão.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Por favor, conclua.

JOÃO ACCIOLY – Não estou falando só para o setor da construção civil, para o comerciante. Nós atuamos junto com a Fibra, com o Sindivarejista, com a Fecomércio, nós atuamos com toda a sociedade, participamos do Codese, estamos com a Ademi, com várias entidades, e sempre estamos identificando os problemas e vendo o ambiente de insegurança.

O professor Benny citou uma pesquisa do alto índice de desocupação que está havendo nos nossos imóveis; em contrapartida, há um alto índice de ocupações irregulares em áreas públicas.

Uma das nossas maiores bandeiras é combater as ocupações irregulares de área pública, mas precisa haver regramento claro, objetivo e estímulo para que as áreas regulares sejam ocupadas de forma regular, com os seus limites bem objetivamente estabelecidos. A partir daí conseguimos ter mais qualidade. Isso é consequência.

Eu só queria destacar essa questão do aspecto jurídico, da importância dessa lei para trazer mais segurança jurídica. Nós não... como todos, nós também...

(Soa a campainha.)

JOÃO ACCIOLY – ... temos críticas e eventualmente frustrações, porque nós acreditamos que o PPCUB poderia ter avançado mais, poderia ter entrado mais em alguns detalhes relevantes, tanto da preservação como do estímulo para o desenvolvimento, mas o que entendemos é que foi nisso que deu para chegar até agora. Esse já é um avanço enorme comparado com o que temos hoje. Hoje não temos nada. Nós estamos dando um passo. Não é um passo enorme – que poderíamos dar –, mas é um passo para frente. E isso não para aqui, gente. Nós vamos evoluir, essa lei tem que evoluir.

Ambientes de insegurança jurídica dificultam a fiscalização, dificultam a ação do Ministério Público. Quando chega uma ação para o Ministério Público avaliar, é tanto regramento, uma coisa sobrepondo a outra, que não se consegue nem identificar o que está certo, o que está errado, quais são os limites, como se enquadra a irregularidade, como se pune.

Eu só queria chamar a atenção para esse aspecto do PPCUB, que é um ponto que nós não vimos ser colocado aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, João.

Passarei a palavra à Vera Ramos, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; depois, concederei a palavra ao promotor Dênio, do Ministério Público Federal.

VERA RAMOS – Boa noite a todos, cumprimento a mesa na pessoa da ex-deputada Arlete, querida deputada.

Faço minhas as palavras do Benny, do Soneca, da Angelina, da Emilia, da doutora Marilda, e de várias pessoas. Também me junto à preocupação do Chico.

Eu tinha anotado várias coisas, mas já foram ditas e não vou repeti-las, vou apenas salientar e incluir algumas.

Em qualquer intervenção num sítio urbano protegido, tem que haver, acima de tudo, uma visão cultural. Ela não deve ser só uma visão urbanística, tem que ser cultural – e isso eu não vejo. Eu vejo os artigos, os dispositivos referentes à preservação como informações e recomendações sem efetividade legal. Não há penalidades, como foi dito, nesse aspecto para a fiscalização. Também há as especificidades de Brasília, pois esta cidade é única e soluções de outras cidades não devem e, na maioria das vezes, não podem ser aplicadas aqui.

Tratar Brasília, uma cidade ainda bebê, com apenas 64 anos, com uma série desses planos, programas e projetos previstos para o futuro, como se não houvesse amanhã... desculpem-me, mas não é assim que se trata um patrimônio! Eu respeito os técnicos da Seduh, mas eu repito o que eu disse aqui na primeira audiência: faltou a visão cultural.

A participação ativa da comunidade – das instituições, da universidade – é outra questão que a Unesco recomendou e, quando esteve aqui em 2012, ela recomendou paralisar o processo do PPCUB, e foi formada uma comissão. Depois, algumas coisas continuaram, mas a maioria das propostas da comissão, da comunidade, da sociedade civil e da universidade não foram acatadas. Eu participei de inúmeros grupos – participo desde sempre – e posso dizer que é preciso haver vontade política. Quer fazer a preservação? Você vai achar meios. Não quer? Também vai achar meios para denegrir o tombamento.

Eu repito: esse plano não pode ser considerado um plano de preservação, da forma como está. Ele precisa, sim, tornar a preservação uma norteadora dos demais planos do desenvolvimento urbano e do uso do solo.

Eu acho que, depois de tanto tempo de maturação desse Plano de Preservação, temos que enfrentar os problemas já verificados no PPCUB e postergados. Como já foi citado aqui, na época em que o Iphan se posicionava conclusivamente – não nesse entendimento atual de responsabilidades compartilhadas com o GDF –, foi brecada a construção da quadra 901 Norte; mas está escrito no PPCUB que aquela quadra também faz parte dos planos, programas e projetos. Então, ela vai ser construída depois. É essa insegurança que nos permite pensar: como vai ser o perfil da cidade? O que tem que ser preservado está muito claro na legislação. O PPCUB teria que ir além e informar isso na prática.

A primeira recomendação da Unesco, quando esteve aqui em 2012, foi a seguinte: a definição de um arcabouço jurídico – pode ser o PPCUB –, baseado nas legislações locais e federais de proteção de 1990 e 1992, que é a Portaria nº 314/1992, e de 1987, que é o Decreto nº 10.829/1987, deve ser considerada de máxima prioridade.

Deve haver uma proposta de normas claras que não deixem espaço para interpretações subjetivas sobre questões essenciais para a conservação e preservação do Plano Piloto e suas escalas bucólica, monumental, residencial e gregária, particularmente em relação às formas e índices de ocupação do solo, tipos de uso, volumes e alturas permitidas. A definição desse arcabouço jurídico precisa ser realizada pelas autoridades e instituições envolvidas.

Repito que não houve a participação da comunidade. O Plano de Preservação de Sítios Históricos, que é uma portaria do Iphan, prevê que a comunidade tem que ter participação ativa. A Unesco recomenda isso, assim como recomenda o comitê gestor. Eu vejo que há muita coisa a ser aprimorada e há muitos conflitos.

Por exemplo, vejo isso nas Purps que classificam vários setores como componentes da preservação de maior valor como histórico na forma urbana e na paisagem urbana. Isso está, por exemplo, no Eixo Monumental e nas superquadras. Vamos à lei e vemos intervenções. Se isso é considerado de maior valor de preservação, fico sem entender como se permite isso. Por exemplo, como se criam 5 lotes no Eixo Monumental, se isso interferirá enormemente na horizontalidade da paisagem e se ele é considerado de maior valor de preservação nessas planilhas?

Os 2 pareceres do Iphan – isso eu gostaria que fosse explicado, porque eu não sei o que foi concluído –, apontam alterações de uso não discutidas com o Iphan. Eles dizem que em alguns usos, como no Setor Hípico, que forma um cinturão verde, estão sendo permitidos hipermercados, que serão grandes fachadas cegas que interferirão nessa visibilidade do patrimônio. Há também o comércio

atacadista nos setores hoteleiros, bem como concessionárias de veículos no Setor de Recreação Pública Norte, no Mané Garrincha.

Eu gostaria que fosse respondido: algumas dessas considerações do Iphan foram todas acatadas ou ainda permanecem no PPCUB?

Basicamente, seria isso. Eu agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Vera, pelas contribuições importantes.

Concedo a palavra ao procurador Dênio Augusto de Oliveira, do Ministério Público do Distrito Federal. Desde já agradeço a sua presença.

Em seguida, concederei a palavra ao senhor José Carlos Coutinho.

DÊNIO AUGUSTO DE OLIVEIRA – Na pessoa do deputado Gabriel Magno, presidente da mesa, eu gostaria de cumprimentar a todos. Agradeço esta oportunidade.

Eu gostaria de começar lendo um pequeno trecho de um artigo publicado na revista *Brasília*, em janeiro de 1958, intitulado “Brasília contra o Tempo”, escrito por Apolônio Sales, quando ele teve a seguinte antevisão, antes mesmo da inauguração da capital: “Posso avaliar as dificuldades que hão de surgir a um obstinado cumprimento da delineação da grande capital. As lutas que os dirigentes da Novacap hão de travar para não se arredarem um milímetro do que foi projetado. Quando à iniciativa privada apetece a ocupação dos claros das grandes distâncias não edificadas, serão ingentes e titânicas as resistências a opor. Nem excludo a hipótese das arremetidas partirem mesmo de órgãos e instituições públicas ou semipúblicas. A impaciência no esperar o desenvolvimento pode originar pressões de opinião difíceis de controlar.” Isso foi escrito em 1958.

Eu vou começar falando da última parte: quando as arremetidas a esse projeto partem do próprio poder público. Eu vou dar alguns exemplos e resgatar um pouco da fala do Chico Santana, quando ele pergunta quais serão os instrumentos que vão ser disponibilizados por esse PPCUB para se fazer cumprir a lei. Observamos que ainda não temos um PPCUB, mas já temos lei. Eu até discordo um pouco do representante do Sinduscon. O Ministério Público às vezes tem dificuldade, mas ele consegue descobrir qual lei é aplicável ao caso.

Eu vou citar alguns exemplos que ilustram que o próprio Governo do Distrito Federal – não estou falando desse governo, mas de várias gestões – trabalha exatamente para o contrário da proteção. Vou citar o TTN, o Trevo de Triagem Norte, e o TTS, onde está sendo feito um emaranhado de vias que, na maioria das vezes, são voltadas para o automóvel. Às vezes parece que você sai de Brasília e cai em Dubai, quando você olha o final da Asa Norte e da Asa Sul. Eu vou citar também o caso da EPIG, do viaduto que foi construído e que transformou o Parque da Cidade numa via expressa, como havia sido dito na ação proposta pelo Ministério Público, isso tudo sem observar a questão não só do tombamento de Brasília, que abrange o Setor Sudoeste, mas também do tombamento específico do Parque da Cidade. Parece que isso passou de forma totalmente despercebida.

Além disso, exige, por exemplo, a construção de grandes bacias de contenção, como temos visto no próprio Parque da Cidade, na Asa Norte e em vários pontos da cidade. Ninguém está falando que isso não é necessário. Aliás, durante o evento sobre as mudanças climáticas que fizemos no Ministério Público, especialistas disseram que essa é uma técnica de 1970, totalmente obsoleta, que hoje não se utiliza mais. Isso vem sendo feito e está criando grandes feridas no projeto de Brasília, sem que a questão do aspecto cultural tenha sido levantada.

Outra coisa que eu queria destacar é que Brasília está sendo agredida em diversos pontos com a distribuição de painéis de *led* por todas as vias do Distrito Federal, até mesmo no Plano Piloto. O DER entende que, em se tratando de rodovia, a competência é dele mesmo e não da Seduh; por exemplo, não seriam aplicáveis as regras previstas para o restante da cidade, o que é um absurdo!

Eu vou citar um caso que não é do DER, mas que pode ser emblemático para o que estamos falando aqui. Uma das principais paisagens do Distrito Federal é a visão que se tem perto da Torre de TV voltada para o Congresso Nacional, quando você vê o Congresso Nacional, a cúpula, a Câmara dos Deputados e o Senado. No entanto, foi instalado ali um painel de *led* gigantesco, nas costas do Edifício Conic – acho que todos que ali passam o veem; não há como não vê-lo. Como é que pode isso acontecer na capital da República, com todas as proteções que existem?

Vou citar também a questão da rodoviária. Foi citado o estado em que a Rodoviária do Plano Piloto está, e o que se vê é o seguinte: quando se trata de determinadas questões, o PPCUB é bem específico, bem detalhado e bem explicadinho – vamos assim dizer. Porém, quando se está tratando da

proteção, são princípios, regras principiológicas, e “vamos deixar para fazer depois o que seria mais urgente”.

Então, fica aqui o apelo para que, na verdade, essas regras de proteção sejam resgatadas como ponto principal da proposta desse projeto de lei.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, doutor Dênio.

Eu só vou fazer mais um registro, para colaborar com a sua fala, doutor Dênio. O art. 7º, inciso I, da Portaria nº 314, que também é reproduzido no art. 8º, inciso I, do Decreto 10.829/1987, diz o seguinte sobre a rodoviária:

“Para a preservação da escala gregária [...], serão obedecidas as seguintes disposições:

I – A Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas defronte aos setores de Diversão Sul e Norte [...].”

Isso é fundamental e deveria ser matéria, inclusive, do PPCUB, porque esta Câmara Legislativa, infelizmente, aprovou uma legislação que permite a privatização da rodoviária, mas essa privatização não está acima de outros processos.

Então, independentemente da empresa que for gerir a rodoviária, ela precisa preservar esses dispositivos, e nós já vamos colocar como encaminhamento das nossas emendas e relatórios que esse dispositivo também esteja incluído no próprio PPCUB. Qualquer mudança que porventura aconteça terá que passar por esta Câmara Legislativa e também por audiências públicas, porque isso precisa ser preservado. Essa é a destinação e o caráter do PPCUB.

Eu quero agradecer os vários levantamentos, mas destaco esse ponto específico da rodoviária, que é muito importante.

Agradeço, de novo, a presença do Ministério Público aqui.

Passo a palavra ao nosso querido amigo professor Coutinho.

Logo após, virá o Tico Magalhães. Peço que se prepare para fazer uso da palavra.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao nosso deputado Gabriel Magno este convite, que nos dá oportunidade de manifestar opiniões neste rico debate. Quero também saudar a nossa ex-deputada Arlete Sampaio, antiga lutadora pelas causas de Brasília e da cultura brasiliense.

Eu me permito fazer uma pequena digressão histórica para lembrar que esta luta pela preservação da cidade é mais antiga do que a sua transformação em patrimônio mundial, sem falar no já histórico e folclórico bilhete de Juscelino a Rodrigo Melo Franco, em que chamava a atenção para a necessidade de preservar Brasília; nem na participação de Lúcio Costa, que, já em 1974, comparecia ao Senado Federal para manifestar suas opiniões, seu interesse e suas preocupações pelo futuro da cidade no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, cujos anais hoje são uma peça rara e disputada. Lúcio Costa, em 1974, pela primeira vez vem a Brasília para discutir as suas preocupações em relação aos problemas que Brasília já apresentava com 14 anos de idade.

Posteriormente a isso, por uma questão de justiça, deve ser lembrada também a atuação de Aloísio Magalhães, um nome que vem sendo até pouco lembrado, para não dizer esquecido. Aloísio Magalhães, no Ministério da Cultura, criou, por sugestão de professores da UnB, um grupo de trabalho, que se tornou também histórico, o GT-Brasília, que tinha como coordenadora a professora Briane Bicca, já lembrada pelo colega Benny. Aloísio Magalhães acolheu as sugestões desse grupo que mostravam que o patrimônio de Brasília excedia, em muito, o Plano Piloto; que o patrimônio a ser preservado incluía as fazendas antigas anteriores a Brasília e incluía também os acampamentos de obra, que hoje estão além do Plano Piloto, como a Vila Planalto, a Vila Metropolitana e vários outros, que, aos poucos, vão desaparecendo, exatamente por não receberem o tratamento adequado. Planaltina, Brazlândia e outros núcleos populacionais de Brasília também fazem parte desse patrimônio, um patrimônio secular, mais que secular.

O patrimônio é muito extenso, e a luta é muito antiga. Convém que isso não seja esquecido. Aloísio Magalhães foi um denodado defensor desse patrimônio. Ele acolhia humildemente as sugestões do grupo. Foi a primeira pessoa que ouvi falar em tombamento. Ele mostrava, na ocasião, que tombamento não era um título honorífico – como depois se entendeu –, um título político, mas uma

atitude de preservação, um processo, um projeto que extrapolava o tempo dos mandatos políticos.

Essas coisas precisam ser lembradas, porque são valores permanentes que vão sendo, aos poucos, eliminados. Alguns políticos, percebendo o potencial desse tombamento, açodadamente encaminharam para o Unesco esse pedido de transformação em patrimônio mundial, sem a devida preparação, e tiveram o desprazer de ver o processo devolvido com a recomendação de que, antes que a Unesco reconhecesse a condição de patrimônio, o próprio país deveria reconhecê-la, mas ele não havia tomado nenhuma atitude nesse sentido.

Foi quando, então, fez-se o tombamento através dos órgãos distritais, na época, e também dos órgãos federais. Aí, então, a Unesco reconheceu Brasília como patrimônio mundial, em 1987. A partir daí, considera-se Brasília... Mas se considera Brasília como o Plano Piloto, e Brasília hoje é muito maior do que isso. Brasília é uma cidade de quase 3 milhões de habitantes, sem contar a população que vive na parte externa do Distrito Federal. Brasília não é só o Plano Piloto, que, mesmo na época do reconhecimento pelo Unesco, tinha como limite de extensão territorial a margem do nosso lago.

Era uma visão muito limitada deste patrimônio. Nós precisamos ter uma visão mais larga, mais generosa, se quisermos realmente considerar Brasília como um patrimônio. Brasília vai muito além do Plano Piloto, como eu já mencionei; são as cidades que antecedem a sua criação; são os núcleos que se formaram posteriormente.

Para concluir, eu quero chamar a atenção para o fato de que hoje Brasília contém certos contrastes que não podem ser ignorados numa política preservacionista. Essa política não se resume a medidas isoladas, a leis, a tombamentos isolados; ela tem que ser um processo contínuo, um processo político. Brasília é frequentada, hoje, pelos seus verdadeiros usuários, que são aqueles indivíduos que vêm trabalhar no Plano Piloto, na área dos ministérios, na área pública, na área da sua administração regional e em diversos outros locais, empresas, comércio etc. Esses são os verdadeiros usuários, que não desfrutam das benesses do Plano Piloto. São pessoas que circulam por Brasília.

As medidas de proteção desse cenário histórico e artístico que é o Plano Piloto dependem, em grande parte, da maneira como esses frequentadores e esses usuários do Plano Piloto se comportam em relação a esse patrimônio. Então, introduzimos um velho conceito, que é o da educação patrimonial. Essa educação também não deve ser entendida como a introdução de uma disciplina nos currículos escolares, das primeiras letras das crianças a partir do jardim da infância. Esses ensinamentos e essas práticas devem ser difundidos por campanhas educativas e voltadas principalmente para aqueles que respondem pela administração pública, pela política, pelos cargos de direção, para abrirem seus olhos e verem que o futuro de Brasília não se faz apenas com a construção de viadutos, mas que se faz principalmente pela preservação do que já foi alcançado pela história e pela prática de várias gerações.

Eu queria trazer essa mensagem. Lembro que, há mais de 30 anos, quando se comemorou o aniversário de Brasília, eu tive a oportunidade de chamar a atenção para o fato de que Lucio Costa, no seu relatório do concurso de Brasília, dizia textualmente que Brasília, como uma cidade-capital, uma cidade-monumento, deveria ser mais do que uma *urbs*, deveria ser uma *civitas*, mas que já estava na hora, aos 30 anos de idade, de Brasília se tornar uma pólis, que é exatamente a dimensão em que o povo participa das suas conquistas. É o poder, ressaltado ainda há pouco, que emana do povo e que não está confinado nas suas casas legislativas nem nos gabinetes executivos.

Era isso que eu queria transmitir. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, professor Coutinho. É sempre uma honra escutá-lo. Que bom que tivemos esse privilégio de ouvi-lo! Fica registrada aqui pela nossa turma da taquigrafia essa fala importante para o debate.

Eu quero passar a palavra para o Tico Magalhães, que agora é cidadão honorário desta cidade.

O seguinte será o Wilde; depois do Wilde, a Giselle. Já vou lendo os nomes para irem preparando sua fala.

Concedo a palavra ao Tico Magalhães.

TICO MAGALHÃES – Boa noite. Queria agradecer ao deputado Gabriel Magno o convite e à ex-deputada Arlete também a presença.

Queria trazer, para contribuir com essa discussão, um pouco do olhar da cultura. Nós estamos falando muito em desenvolvimento da cidade, e eu acho que precisamos falar também sobre envolvimento. Como conseguimos envolver as pessoas que moram nesta cidade? Como conseguimos fazer o cruzamento dessas pessoas? Essa cidade é uma grande encruzilhada, com gente de todos os

lugares.

Antes da primeira ideia, gostaria de lembrar 2 figuras e trazê-las, com prazer, aqui. Uma é o TT Catalão, que falava que a cidade se dá a quem se doa. Nós estamos nos doando a essa cidade e a estamos construindo. E a outra pessoa, que era meu mestre de capoeira, Mestre Danadinho, é o mestre Cláudio Queiroz, professor da UnB, que dava aula de capoeira lá no espaço do Centro Tradicional de Invenção Cultural que temos lá na 813 Sul.

Eu acho que, em Brasília, além dessa coisa toda arquitetônica – é a minha visão, pelo que nós vemos e pelo que nós conhecemos –, uma das ideias desses arquitetos modernos seria oferecer ao país alguma possibilidade de caminho. Eu acho que nós também precisamos estar nessa utopia quando pensamos no PPCUB, quando pensamos em que queremos transformar esta cidade.

Há um espaço, o grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro, que nasceu há 20 anos e criou uma própria mitologia para a cidade. Essa mitologia há 10 anos faz parte do vestibular da UnB. Há 10 anos, alunos de primeiro, segundo e terceiro anos das escolas públicas e particulares estudam essa mitologia que nós criamos, que conta como surgiu o mundo, o Cerrado e Brasília. Nós temos uma sede ali atrás, e há 2 dois meses nós viramos patrimônio cultural imaterial, uma coragem da Secretaria de Cultura. Com 20 anos de grupo – na verdade, nós temos 1/3 do tempo da cidade –, nós viramos patrimônio desta cidade.

É muito legal, mais do que ser reconhecido, ver a cidade se reconhecendo em uma tradição popular. Se há um lugar em que essa utopia de Brasília ainda existe, é dentro dos terreiros de cultura popular da cidade, é dentro dos lugares que fazem cultura e que estão ocupando esta cidade em todos os seus cantos, mantendo a utopia desse cruzamento em que a cidade foi feita.

A cidade foi pensada para oferecer ao país novas possibilidades. Eu acho que nós temos a obrigação de dar ao país, no caso da cultura, a renovação da cultura popular brasileira, e é isso que vimos fazendo aos poucos – o grupo Seu Estrelo. Nós temos um espaço na 813 Sul e, ao mesmo tempo em que somos considerados patrimônio, nós temos uma briga imensa para permanecermos nesse espaço.

Eu acho que a cultura tem o poder de fazer esse cruzamento, de juntar tanta gente que veio de tantos lugares para criar identidade para esta cidade. Nós precisamos entender que esta cidade, além do geográfico, precisa ter o sentimental. Nós habitamos Brasília, mas precisamos deixar que Brasília habite em nós também. Precisamos criar valor sentimental por esta cidade.

A cultura tem o poder de trazer e de cruzar as pessoas que estão aqui, de cruzar as culturas que vieram com os candangos, para podermos, realmente, fazer uma cidade mais comunitária, uma cidade à qual não só nos liguemos pelo viés geográfico, mas também pelo viés sentimental.

Então, o que eu peço, quando vocês estão revendo e analisando o PPCUB, é que também entendam a cultura como um fator principal de ligação entre as pessoas daqui. Se queremos uma cidade feliz e próspera, a cultura é fundamental para unirmos as pessoas e, por essa união de tanta gente de tantos lugares, oferecermos para o país novas possibilidades.

Eu queria agradecer, mais uma vez, ao deputado Gabriel Magno o espaço, e a todos os deputados, a todos que vieram a essa discussão muito grande e, para nós, superimportante.

Estamos lá, na 813 Sul, transformando esta cidade. O TT Catalão – fecho com a fala dele – dizia: “Se você não gosta da cidade, não precisa se mudar dela, não. Mude ela (*sic*).” O que estamos fazendo é tentar mudar essa cidade, transformá-la no que queremos, no que achamos que é Brasília. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Tico. Eu falei no início e reforço agora: é necessária a regularização territorial desse espaço importante. O PPCUB pode ser um instrumento para isso.

Antes de passar a palavra ao Wilde, quero lembrar, Tico, que você estava citando o que Brasília virou. Eu vou ler, para pensarmos, um trechinho curto da carta do Lucio Costa que se comunica com o que você falou. Ela é de quando ele visitou Brasília e saiu à noite pelo setor hoteleiro, onde estava hospedado: “Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais. Não é uma flor de estufa como poderia ser. Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, foi mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.” Foi quando ele verificou que a rodoviária não era aquilo que ele tinha planejado, um espaço mais elitizado, cosmopolita, mas tinha sido ocupada e tomada pelo povo que construiu e vive essa cidade.

Obrigado pela presença, Tico. É sempre um prazer ouvi-lo.

Com a palavra o Wilde, da Associação Andar a Pé.

Depois falará a Gisele Moll, conselheira do Codese, que também foi secretária-adjunta da Seduh no DF.

WILDE CARDOSO GONTIJO JUNIOR – Boa noite a todos, boa noite a todas. É um prazer estar aqui. Obrigado pela palavra. Eu queria falar para vocês que eu moro em Brasília desde 1979, mas inicialmente eu morava em Taguatinga. Antes de Taguatinga, eu tinha morado em umas 10 cidades diferentes. Em 1997, mudei para o Plano Piloto e efetivamente posso dizer que sou apaixonado por essa nova experiência. Morar no Plano Piloto é uma experiência totalmente diferente de todas que eu tive antes. Resumindo: adoro essa cidade. Mas nós não podemos deixar de perceber que ela está cheia de coisas a serem melhoradas, arrumadas.

Podemos ver a W3 Sul, uma avenida que foi extremamente viva na década de 1970 e que hoje, salvo umas calçadas que foram recentemente reformadas, continua da mesma forma de antes dessa reforma. Nós temos as superquadras, as unidades de vizinhança que foram criadas. Eu tenho o privilégio de morar na 108 sul, na unidade mais completa – 108, 107, 308, 307. Esse conceito original não foi disseminado pela cidade. Diríamos que temos muitos problemas, desde menores a grandes, como, por exemplo, as comerciais locais. Não é por falta de lei. Foi falado aqui que nós não tínhamos lei. A comercial local – a Giselle está aqui como uma grande batalhadora dessa causa – é uma vergonha para nossa cidade. Nós temos uma lei, todo um aparato e não conseguimos resolver.

Nós não precisamos falar aqui de vários problemas que temos, como o Eixão – um muro metálico a 80 quilômetros por hora que impede as pessoas de irem a pé do lado leste para o lado oeste da cidade. Não há muito problema. Eu estou falando isso por 2 razões: primeiro, para tentar entender que o PPCUB – parece-me – é uma grande oportunidade de alcançarmos soluções para vários desses problemas ou darmos encaminhamento a essas soluções; segundo, para falar que esse patrimônio não é do Iphan, não é da Unesco, mas é do povo que mora aqui. O professor Coutinho e o orador que me antecedeu disseram muito bem: quem vai preservar essa cidade não são as leis, são as pessoas. E as pessoas vão ter a sua educação patrimonial no dia a dia, a partir do momento em que façam parte da governança disso.

Então, trago a primeira contribuição. No art. 125, consta o que faz parte da governança que está sendo proposta: os órgãos executivos – Seduh, DF Legal etc. – e os conselhos. Vejo um grande problema no PPCUB, Janaina. Temos o Conplan, e dentro do Conplan há a câmara temática do PPCUB; temos o Condpac; temos os conselhos locais de planejamento; temos os conselhos regionais de gestão de patrimônio e não sei mais o quê, ou seja, é uma confusão. Sabemos que casa que tem muito dono não tem dono. Onde há muitos chefes, não há chefes. Então temos um problema, que é o art. 125, inciso II. Temos que dar uma consertada nisso.

Acho que uma oportunidade é a que o Thiago trouxe aqui. Pelo que eu entendi, Thiago, há uma diretriz de se criar o conselho gestor patrimonial do PPCUB conselho gestor patrimonial do PPCUB – algo parecido. Então parece-me que precisamos aproveitar essa oportunidade para reajustar o art. 125, senão vai ficar todo mundo dando porrada em todo mundo. Vem o cara do Condpac, o do Codeplan... Há uma confusão, e essa confusão tem que ser ajustada.

O segundo ponto é com relação ao art. 32. Eu anotei uma coisa importante que o Tico, que me antecedeu, destacou: a questão das redes aéreas. Há uma coisa boa no parágrafo 1º, que fala sobre a vedação da instalação de rede de energia elétrica ou semelhantes. Então, a sua preocupação me parece que está contemplada nisso, ou seja, não termos redes aéreas.

Porém, temos aqui uma questão grave, que é um *apartheid* urbanístico. Vocês sabem que o PPCUB criou a Macroárea A e a Macroárea B. A Macroárea A é a parte central do Plano Piloto, a Macroárea B é a periferia. Na periferia, não é obrigatório retirar as redes aéreas. Isso faz com que um cidadão do Plano Piloto seja mais bem tratado do que o da Vila Telebrasil – estava aqui meu colega ao lado – ou da Vila Planalto.

Por que temos isso, num momento em que temos que adaptar as cidades para as mudanças climáticas? A adaptação não significa transformar o Plano Piloto em Taguatinga. Fui a Taguatinga ontem – morei lá 10, 15 anos. Não há árvore lá, Arlete! É um deserto aquilo! Muitas árvores foram cortadas, porque elas interferiam na rede elétrica. Nós temos que optar: queremos rede aérea ou queremos árvore? Eu quero árvore. Para haver árvore, é preciso tirar a rede da Macroárea B.

Essa foi outra observação. Há mais 2, vou trazê-las rapidamente.

Um dos problemas que foi tocado aqui é a questão dos vazios. A cidade que nós queremos é a cidade para as pessoas. Essa é a cidade que o Andar a Pé defende em todos os fóruns. A cidade para as pessoas precisa ter espaço, tem que ter densidade; não pode haver vazios, como os que existem nas Superquadras 207 e 208 Norte, por exemplo, onde há uma reserva, uma especulação imobiliária – acho que não se pode usar esse termo. Isso prejudica muito as pessoas. Não deveria haver vazios urbanos, por exemplo, no Setor Comercial Sul, que é um vazio urbano. O Setor Comercial Sul tem 5 mil salas vazias – 5 mil salas vazias!

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir.

WILDE CARDOSO GONTIJO JUNIOR – Qual é a sugestão, deputado? É a de que nós não percamos a oportunidade de acabar com qualquer isenção de IPTU no Plano Piloto. A meu ver, isso é uma das ferramentas, um dos instrumentos, como foi colocado aqui, que poderiam ser imediatamente tirados – eu não consegui fazer valer a minha vontade no Conplan. Deveriam acabar com as isenções de IPTU. Deveriam implantar o IPTU progressivo. Isso faria com que pelo menos as áreas que o Lúcio Costa reclamou, em 1974, no seminário... Em 1974, Lúcio Costa falou assim: “É um absurdo! A Asa Norte está toda vazia, e Taguatinga, Gama, Ceilândia já têm quase o dobro da população do Plano Piloto”. Isso não estava no relatório. Temos que tirar essas amarras para fazer com que a cidade possa, efetivamente, ser ocupada.

Por fim, trago a questão da mobilidade. Eu entendo um plano como algo que você estabelece para o futuro. O que está acontecendo? Desde Washington Luiz, provavelmente, a indústria do automóvel manda neste país.

No Plano Piloto, infelizmente, o rodoviarismo foi a grande diretriz do traçado da cidade. Isso foi sendo incorporado à legislação edilícia. Ou seja, os imóveis têm que ter local reservado para veículo. O veículo é obrigatório em determinados apartamentos. Temos que tentar modernizar Brasília, trazer Brasília para o século XXI, com relação ao aspecto da mobilidade. Isso significa evitar que sejam obrigadas as garagens em edifícios residenciais. O mapa fala sobre as áreas que são servidas pelo transporte público.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Para concluir, Wilde.

WILDE CARDOSO GONTIJO JUNIOR – Em vez de trazermos para o plano algo que já existe, temos que trazer, Chico, aquilo que vai acontecer. Temos que trazer, no mapa das capacidades de mobilidade, o VLT, o metrô, temos que trazer isso tudo, porque ali vai haver transporte e ali não será necessário mais garagem.

Nós não podemos ficar presos atrás. Nós estamos colocando um freio num processo de mobilidade ativa, de mobilidade modernizada, utilizando uma situação totalmente – diríamos – anacrônica, que é essa que nós temos hoje.

São essas as contribuições, e obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito obrigado, Wilde.

O Thiago vai comentar só uma questão bem rápida.

THIAGO PERPETUO – Muito rapidamente, vou falar a respeito da questão do conselho, Wilde.

Existe uma recomendação da Unesco para todos os sítios declarados patrimônio da humanidade para que haja esse... Eu vou chamar de sistema compartilhado de gestão por meio desses comitês gestores. Ele não vem para tomar o lugar de outros conselhos e, obviamente, não substitui eventualmente um conselho que seja criado no âmbito do PPCUB. Dentro da minha perspectiva, a própria criação desse conselho é um ato coletivo, é um ato de sociedade. Por isso que eu insisto que não é um conselho do Iphan, mas um conselho das instituições para a gestão comum e compartilhada do sítio declarado patrimônio da humanidade; mas, obviamente, também, não vai fazer as vezes do Poder Executivo local, pois não toma suas responsabilidades.

Serão chamadas todas as instituições atinentes à preservação e à gestão do sítio como patrimônio cultural: UnB, movimentos como o Andar a Pé... Vamos fazer esse conjunto de intenções para formar esse conselho a tempo e a hora.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Thiago.

Vou passar para a Giselle. Obrigado, Giselle, pela presença.

GISELLE MOLL MASCARENHAS – Boa noite, deputado. Grata pelo convite, por essa abertura tão importante de uma audiência pública – mais uma nesta casa – para tratar de assunto tão importante.

Cumprimento o senhor, cumprimento minha querida ex-deputada Arlete Sampaio, que mora no meu coração. Eu sinto muito quando eu passo por aqui e não lhe vejo. Cumprimento, também, o meu presidente, Ricardo Meira – porque eu saí do CAU, mas o CAU não saiu de mim – e todos os meus colegas.

Eu estou até inibida, porque muita gente boa, muita gente importante para a preservação desta cidade falou hoje, como a professora Emilia; o Soneca, que não foi meu professor formalmente, mas a quem eu sempre admirei pelo conhecimento; o professor Benny; o professor Coutinho; a minha amiga Vera. Mas eu vou falar mesmo assim, apesar de estar inibida pela presença deles.

Vou falar pelo fato de eu ter trabalhado por 37 anos por esta cidade. Eu nasci junto com a cidade, em 1960 – já que todo mundo está falando da sua história com Brasília –, e cheguei aqui em 1964. Há uma foto muito bonitinha que mostra a W3, uma em que há um guardinha segurando o trânsito. Acho que todo mundo já viu essa foto.

(Intervenção fora do microfone.)

GISELLE MOLL MASCARENHAS – Isso, aquela do guardinha com aquele capacete branco, segurando o trânsito. Há também uma família atravessando a rua.

Eu sempre me vejo naquela menina segurando a mão, porque eu tinha exatamente a mesma idade quando aquela foto foi tirada, em 1967. Falo isso só para ilustrar uma questão que me veio à cabeça, quando a professora Emilia falou sobre Florença.

Em 2006, se não me engano, o Iphan realizou um seminário sobre Brasília, em que havia um cartaz, criado por um dos técnicos do Iphan, com desenho do *skyline* da cidade. Quando eu vi aquele cartaz, levei um susto. Eu já trabalhava há muitos anos no GDF e falei: “Nossa, Brasília não é isso”. Mas era! O desenho daquele cartaz – talvez Thiago possa recuperá-lo no Iphan – era o *skyline* dos Setores Comercial, Bancário e de Autarquias vistos a partir do lago. Era um desenho em que havia muitos edifícios, muito altos, um junto ao outro. Levei um susto – eu, que sempre trabalhei com a cidade, que sempre morei aqui –, porque eu nunca havia visto a cidade daquela forma.

Então, às vezes guardamos da cidade uma memória, uma visão e uma vivência que não são a realidade. Até hoje eu vejo que há quem sinta saudade dos tempos dos lacerdinhos, dos tempos em que Brasília não era ocupada ou era subocupada, com poucas superquadras, com poucos equipamentos públicos, com poucas instituições e com muito poucos edifícios, comerciais ou de outro tipo.

Brasília ainda não está concluída, não está completa. Quando se fala da 901, é preciso ter em mente que aquilo não é um vazio urbano, aquilo é um espaço que precisa passar por um processo decisório do que ele será. Se ainda não foi decidido se vai ser habitação, se vai ser comércio, se vai ser institucional, então, vamos decidir. E para isto que os planos, programas e projetos existem: para que se discuta, delibere e defina o que precisa ser feito em determinados espaços que ainda não estão ocupados, mas precisam ser.

Eu tive o privilégio de acompanhar o PPCUB. Comecei em 2008, 2009, saí por um tempo, voltei para Seduh e tive o privilégio de concluir o acompanhamento deste projeto. Devo dizer que o que há agora é infinitamente melhor do que o que havia ainda em 2008. A primeira reunião pública foi em 2009.

Eu gostei muito da fala da deputada Arlete Sampaio: “Nós temos uma cidade a preservar, mas também nós temos uma cidade”. Precisamos ter isso em mente. Nós temos uma cidade capital onde mais de 1 milhão de pessoas circulam diariamente.

O professor Coutinho falou muito bem: muita gente que trabalha e circula aqui não tem o privilégio de viver aqui. Nós temos esse privilégio. Ao mesmo tempo que temos que preservá-la, não podemos permitir que ela se torne obsoleta. Nós não podemos permitir a obsolescência de nenhum setor. Nós não podemos permitir que o Setor Comercial, por exemplo, se esvazie, perca a sua função comercial e tampouco a sua função gregária, de vivência.

Então, é por isso que o PPCUB é importante. Depois de 15 anos, ele é o melhor, ele é o consenso que se conseguiu entre vários atores, em inúmeras reuniões e entre todos os técnicos que passaram ou que estão trabalhando com afinco nesse projeto.

Deputada, acho que ninguém tem mais medo que a preservação seja questionada que os técnicos da Seduh. Ninguém tem mais medo que eles. Eu tenho muito medo. Tenho paúra. O Ricardo está ali e vai confirmar o que digo. O PPCUB é o nosso objeto de trabalho, mas, mais do que isso, é o nosso objeto de paixão e de estudo.

Senhora promotora Marilda, nós temos muitos estudos. Estou falando nós, mas não sou mais da Seduh já há 3 anos. Existem muitos estudos e inventários. Os inventários estão no Iphan. Não cabe à Seduh inventariar uma área de tombamento ou qualquer bem a ser tombado. Eles estão no Iphan, existem, mas não são determinantes para se definir um conceito de tombamento, seja por partes, seja por completo.

A Seduh tem inúmeros estudos e a memória técnica do PPCUB, que mostram como se chegou a cada um dos resultados e dos artigos.

Eu queria terminar rapidamente e dizer que área computável existe em todas as NGBs, que são os gabaritos e os nossos documentos de normas. Área computável é uma coisa necessária. É um conceito que não tem nada a ver com tombamento, mas acaba tendo porque, se não tivéssemos uma área não computável, não poderíamos ter, por exemplo, garagem em edifício. Nenhum dos edifícios de Brasília teria garagem, ou teríamos os estacionamentos todos em área pública. É um conceito que existe desde que Brasília foi criada como área não computável.

Para completar, sempre que se fala de Brasília e do PPCUB, eu me lembro do Louvre, pois lá aconteceu algo muito emblemático. O Louvre é um edifício, é – mais que tudo – o edifício de Paris. Eu me lembro da polêmica que aconteceu quando a pirâmide foi colocada lá. Muita gente não queria a pirâmide, mas ela é uma das coisas mais lindas e que tornam o Louvre melhor, mais emblemático, mais importante do que ele jamais foi. Falo tanto da pirâmide invertida como daquela em que entramos.

Eu só espero isto: que não neguemos a pirâmide, que não acabemos com Brasília por excesso de zelo, porque, se esse plano diretor tiver que sair da câmara de novo, nós teremos acabado com Brasília.

Nós precisamos desse plano diretor. Brasília precisa do plano diretor. As normas existem, mas elas já estão muito obsoletas. O que o PPCUB fez foi atualizá-las, foi agregá-las, agrupá-las, estudá-las e atualizá-las.

Se ele não for aprovado, nós teremos segurado areia, porque realmente não conseguimos deter todas as mudanças que a dinâmica urbana tem e traz para esta que é uma cidade capital do país, sem uma norma consolidada, sem uma lei consolidada como o PPCUB.

Eu quero colocar que eu também tenho medo dessa questão desse cheque em branco dos planos, programas e projetos. A mim também preocupa muito, mas eu entendo que uma lei complementar não derroga a Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Lei orgânica, na Emenda nº 51, se não me engano, cita que toda e qualquer alteração de inclusão ou alteração de uso ou parcelamento tem que passar por esta casa, tem que passar pela Câmara Legislativa.

Se houver qualquer dúvida com relação a isso, eu sugiro que seja incluído no art. 76 um parágrafo que deixe claro que os projetos que incluam alteração de uso ou parcelamento passem pela Câmara Legislativa e tenham todo o rito de uma lei complementar.

É isso, obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Giselle.

Só para contribuir com essa parte final, Giselle, há outros dispositivos que contradizem a Lei Orgânica, como você acabou de colocar. É importante atualizarmos isso no texto.

Vou dar 2 exemplos. Primeiro, os incisos II, III e IV do art. 157, quando tratam da questão do Setor Hoteleiro, dos hotéis baixos em que já se muda a altura máxima para 35 metros. Dizem que as propostas, os projetos arquitetônicos têm que ter obviamente a anuência do Iphan, mas não precisam passar depois por esta casa. Tira-se a prerrogativa. Então, é preciso corrigir também, além do art. 57, o 157.

O outro artigo que é importante – e já apresentamos aqui – é o 158 e seus §§ 2º e 3º, que falam da alteração das Purps, das planilhas, porque, se a lei diz que as Purps fazem parte do projeto de lei e elas podem ser alteradas por decreto, então, indiretamente está se colocando que a própria lei pode ser alterada por decreto e não precisa ser revisada por aqui. Se as Purps podem ser alteradas

sem a necessidade de se alterar a lei que faz parte da própria legislação, então, também há contradições. Essas são questões importantes.

Eu dei a vocês apenas 2 exemplos, mas precisamos também avançar para que, de fato, a Lei Orgânica não seja, nesse caso, desrespeitada nesses aspectos das obrigações e das instâncias necessárias, para não criarmos, como foi dito por outros participantes, insegurança jurídica.

Então, se há um projeto de lei complementar que estabelece esses processos, eu acho que é importante também colocar, como fruto desta comissão geral, esse encaminhamento de pensarmos juntos esse processo.

Agradeço demais, Giselle, a sua contribuição sempre importante. É muito bom ouvi-la.

Neste momento, vou chamar para usar da palavra – eu acho que já saíram algumas pessoas, mas vamos ver se ela está presente – a senhora Cléa Torres, presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte. (Pausa.)

VERA RAMOS – Ela teve que sair. Ela lamentou muito, porque ela está com problema de saúde e não pôde esperar mais. Ela estava aqui como presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte, mas também como representante do Conselho Comunitário da Asa Sul. A presidente do conselho teve um compromisso com a filha e entregou a ela esse documento que eu vou lhe passar. Está bem?

Eu, Vera, quero deixar registrado, neste tempo da Cléa, que eu também lamento que a representante do conselho da Asa Norte, que representa todas as prefeituras das superquadras, que é a escala residencial tão importante na nossa cidade e no PPCUB, teve que se retirar. Ela disse que achava que seria a terceira a falar. Infelizmente, ela não vai poder falar. Eu passo às suas mãos o documento que a Patrícia, presidente do conselho da Asa Sul deixou com ela. Está certo?

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Vera. Nós receberemos. Eu acho importante fazer o registro de que tentamos, ao máximo, alertar sobre o tempo, mas as extensões foram necessárias também. Este debate foi muito rico. Quem avisou à mesa que teria que sair, nós tentamos reajustar na lista. Eu acho, Janaina, já fica o encaminhamento que vimos, diante desta comissão geral, que há muita necessidade de fala, de escuta.

Eu já proponho, como um dos encaminhamentos, inclusive, conversarmos – viu, Vera? – com a Cléa, com o CCAN e com o CCAS. Que também possamos fazer outros momentos de escuta comunitários para absorver e acolher o conjunto dessas demandas. A deputada Paula Belmonte colocou isso na intervenção dela. Eu acho que nós precisamos dar o tempo necessário para absorver, para escutar, para entender e tentar chegar ao máximo de mediações e consensos possíveis.

Deixo também registrado isso.

VERA RAMOS – Eu vou acrescentar que a Patrícia, do conselho da Asa Sul, deixou uma série de perguntas para a Seduh na última audiência pública de novembro. A mesa não respondeu e disse que marcaria uma reunião posterior, o que até hoje nunca aconteceu.

Como eu convivo com essas presidentes no Instituto Histórico, digo que elas não estão se sentindo ouvidas. Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Eu queria já combinar – viu, Vera? – que faremos o encaminhamento dessas questões por meio de um documento da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, formalmente, à Seduh. Dialogaremos não só trazendo respostas, mas também outros desdobramentos. Que fique registrado isso.

Neste momento, concedo a palavra ao ex-prefeito da SQS 308, senhor Fernando Bassit.

FERNANDO BASSIT LAMEIRO DA COSTA – Boa noite a todos. Cumprimento o deputado Gabriel Magno e todos os demais presentes. Todos devem estar exaustos a esta altura, mas vale a pena fazer registro de um tema que considero da maior importância.

Eu não sou arquiteto urbanista, minha formação é em psicologia e direito. Sou psicólogo e advogado, mas chego a este local e a este momento trazido principalmente pela experiência de ter sido prefeito comunitário, na verdade, presidente da Associação de Moradores, mais assim conhecido, da Quadra Modelo de Brasília, onde estão retratados os melhores testemunhos dos principais atributos da superquadra, considerada a maior invenção urbanística de Lúcio Costa, festejada.

Nessa atuação como prefeito comunitário durante 6 anos, de 2017 a 2023 – ainda ajudo lá, mas não na condição de presidente da associação –, eu me vi no desafio de defender os principais atributos da superquadra, que seriam a livre circulação de pedestres pelas áreas públicas e pelos pilotis

e a proibição de cercamentos de todo tipo em torno dos pilotis e de suas áreas circundantes. Na necessidade de me instruir sobre normas, deparei-me com uma grande controvérsia sobre o uso público dos pilotis, o direito de uso público dos pilotis.

Esse tema se mostrou muito controverso. Havia muitos relatos e reclamações, por parte de porteiros, de que havia grupos de jovens que insistiam em permanecer nos pilotis. Ele não sabia, os jovens falavam que aquilo era área pública: "Essa aqui é uma área pública, é uma área de uso público". Eu me intriguei com esse assunto, até porque sou proprietário de imóvel na superquadra.

Hoje em dia há 120 superquadras no Plano Piloto. Eu fiz uma conta: há aproximadamente 1.300 blocos residenciais, onde moram cerca de 250 mil pessoas. Também no Sudoeste e no Noroeste há centenas de blocos sobre pilotis. A população inteira do Distrito Federal é potencial...

(Soa a campanha.)

FERNANDO BASSIT LAMEIRO DA COSTA – ... potencial usuária desses espaços.

Há diversos conflitos decorrentes de uma verdadeira insegurança jurídica relativa aos pilotis, que eu, debruçando-me em estudos intensos, principalmente nos últimos meses, pude constatar. Há uma disparidade legal absoluta sobre isso, desde os textos historiográficos, passando por todas as normas, leis, decretos, portarias do Iphan, inclusive a legislação urbanística do Distrito Federal.

Nós podemos ver que houve um salto normativo a partir de 2016 com a Portaria nº 166 do Iphan, que me surpreendeu quando lá encontrei, em vários dispositivos, os pilotis descritos...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Por favor, conclua.

FERNANDO BASSIT LAMEIRO DA COSTA – Irei concluir.

Os pilotis descritos como áreas de uso público, sem nenhum complemento, nenhuma discriminação, quando nunca encontrei – sou morador de Brasília desde 1962, a vida toda morei em superquadras –, em nenhum outro texto, essa definição ampla, superlativa, da possibilidade de uso público dos pilotis, até porque os pilotis são áreas que eu entendo como privadas, indubitavelmente. Elas constam na escritura do meu apartamento, paga-se IPTU sobre essas áreas, então, a natureza privada delas é indiscutível. Há uma série de ilusões jurídicas criadas com conceitos de projeção.

(Soa a campanha.)

FERNANDO BASSIT LAMEIRO DA COSTA – A Portaria nº 166 – eu sei que há aspectos maiores a serem discutidos – pode ter uma série de outras virtudes, mas, nesse ponto, ela criou uma ruptura importantíssima, que me levou ao entendimento, repassando as conclusões dos meus estudos aprofundados na doutrina, na jurisprudência, etc., de que, na verdade, o tombamento não é um instrumento jurídico suficiente a instituir direito real de uso de imóveis privados, em nenhuma medida, o que, surpreendentemente, coloca o próprio direito de livre circulação de pedestres pelos pilotis desguarnecido de qualquer proteção.

Para minha felicidade, o PPCUB, no seu art. 58, trata do assunto dos pilotis abandonando a expressão pilotis de uso público.

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Fernando. Peço que o senhor conclua, porque já estamos com o tempo estourado.

FERNANDO BASSIT LAMEIRO DA COSTA – Eu vou concluir elogiando, em parte, o PPCUB por ter abandonado a expressão. A fala do representante do Iphan precisa ser contestada nesse ponto específico, porque ele pede que o PPCUB acompanhe, com correspondência direta com a Portaria nº 166, a qual, nesse ponto, foi muito infeliz, porque ela exacerba, exorbita da competência do instituto de tombamento e do próprio Iphan, ao instituir um uso público absurdo de uma propriedade privada, que pode ser viabilizado pelo instrumento certo, que seria a instituição da servidão administrativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Fernando.

FERNANDO BASSIT LAMEIRO DA COSTA – Eu protocolei 2 sugestões de emenda, hoje, na Comissão de Participação Legislativa, que tratam e explicam melhor esse tema. Vou repassá-las à mesa.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Fernando.

Concedo a palavra ao Helvídio Nunes, prefeito da 509 Sul.

HELVÍDIO NUNES DE BARROS NETO – Boa noite.

Cumprimento toda a mesa, na pessoa do presidente, deputado Gabriel Magno.

Sou Helvídio Nunes Neto, advogado e líder comunitário. Sou brasiliense da gema, nascido, criado e residente na Asa Sul.

Sou recordista de solicitações na Ouvidoria do GDF e de religação de postes, com mais de 300 no Participa-DF e mais de 400 no Ilumina-DF. Coloco-me à disposição de toda a população se quiser ajuda, em especial no Plano Piloto, para redigir a sua reclamação e solicitação ao GDF. Podem me chamar no Instagram @prefeitoitinerantedaasasul, que eu ajudo vocês.

O que eu vejo, andando pelas ruas da Asa Sul e do Plano Piloto, é que esse cheque em branco que o pessoal está com medo de acontecer, já foi dado, mas para as pessoas erradas. Com todo o respeito aos decanos da capital presentes e aos demais senhoras e senhores, se não aprovamos o PPCUB, esse cheque em branco, que já está vigente, só será útil para uma temeridade, que são os invasores de área pública, comércio informal tosco, sujeira, falta de segurança pública e urbanidade. Se ficarmos mais 10 anos só discutindo, num blá-blá-blá e mi-mi-mi, que Brasília começará a correr o risco de perder seu tombamento... Atualmente, no *site* da Unesco não consta nenhum risco de Brasília perder seu *status* de patrimônio mundial da humanidade. Com essa falta de regulamentação, condenamos Brasília à estagnação e ao declínio. A nossa cidade merece uma regulamentação porque ela já está sendo carcomida. O cheque em branco está dado para os malfetores, para a falta de desenvolvimento econômico e para um planejamento urbano decente.

Como uma cidade com 64 anos apresenta tesourinhas desmoronando, crateras no asfalto do Setor Policial Sul e invasão de moradores de rua em todo o Plano Piloto? Os Centros POP precisam ser repensados, porque, na prática fomentam invasões e são tráfico disfarçado de vulnerabilidade social.

Peço que tenhamos pressa. *Data venia* as autoridades e o ilustre membro do *parquet*, do Ministério Público, mas querer que o Pier 21 pare de funcionar? Não podemos lidar com isso como se o empresariado e o empreendedor fossem vilões. Eles são parceiros. Brasília precisa respirar!

Senhoras e senhores, espero que consideremos o verdadeiro risco aqui, que é o de demorarmos demais para a aprovação desse plano. Brasília precisa incentivar o verdadeiro herói, o empresariado, e não a ocupação irregular, a economia informal e a violência urbana. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Helvídio.

Concedo a palavra à senhora Edna Reis, moradora da Vila Telebrasília.

EDNA REIS – Boa noite. Eu sou a Edna Reis e moro na Vila Telebrasília. Eu tenho 70 anos e ajudo a criar 4 netos. Moro lá há vários anos. Inclusive, vou entrar naquela parte em que senhor João falou dos vários lotes destinados a pessoas de fora, a igreja e tudo mais. Nós que moramos há tanto tempo não chegamos a algum acordo e nem fomos agraciados de alguma forma para que pudéssemos pagar esses lotes e tudo mais. Então, moramos na clandestinidade. Vou voltar aqui mais vezes. Assim que for possível, quero ir a algum órgão para viabilizar essa possibilidade.

Era isso que eu tinha para falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Muito bem, Edna. Obrigado pela sua contribuição e pela luta na Vila Telebrasília pelo espaço cultural.

Pessoal, o plenário já está bem esvaziado, até pelo andar da hora. Vou pedir licença a todos que vieram para a mesa – agradeço-lhes a presença – para conceder a palavra à Janaina, da Seduh, para ela fazer as considerações finais.

Nós vamos sistematizar, formalizar e encaminhar o conjunto das contribuições de hoje para a Seduh. Creio que seja necessário manter esse debate sobre as várias questões pontuadas, com a participação de algumas entidades, para estabelecermos essa relação.

Agradeço demais a todos os componentes da mesa a presença. Peço licença para passar a palavra à Janaina, da Seduh, a quem eu também agradeço a disponibilidade de estar até essa hora conosco, acompanhando o debate. Eu vi que você anotou tudo. Nós vamos estabelecer esse grau de comunicação e de conversa para tentar chegarmos a um texto que possa contemplar o conjunto das falas de hoje.

Concedo a palavra à Janaina Vieira.

JANAINA VIEIRA – Eu só queria fazer alguns comentários bem rápidos porque quase todos os pontos levantados também estão previstos no relatório feito na Câmara Legislativa. Nós já estamos analisando esse relatório e há alguns pontos sobre os quais realmente precisamos conversar e discutir. Eu acho que vamos ter um momento para juntar tudo isso e fazer esses ajustes necessários para que o projeto de lei seja o melhor possível.

É claro que esta casa também tem a obrigação de levantar todos esses pontos. Estamos aqui exatamente para contribuir. Vamos discutir e analisar como fazer com que esse projeto de lei seja o melhor para a cidade e para a população do Distrito Federal. Assim que os senhores puderem encaminhar todas essas considerações que foram levantadas hoje, nós vamos fazer uma análise e voltaremos a discutir. Ainda haverá outras audiências públicas das quais vamos participar. Semana que vem estaremos aqui de novo para poder melhorar o entendimento desse projeto de lei.

Agradeço-lhes, mais uma vez, a participação e o convite. A Seduh está sempre à disposição. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO GABRIEL MAGNO) – Obrigado, Janaina.

Registro a presença do José Wilson, presidente do PT Brasília.

Nós vamos estabelecer esse cronograma e sistematizar na comissão. Reforço o convite de que, na quarta-feira da semana que vem, a comissão geral será da Comissão de Assuntos Fundiários para continuarmos esse debate.

Parabenizo o belíssimo trabalho feito pelos consultores legislativos da UDA desta casa, coordenados pelo Josué Magalhães, que contou também com a contribuição do Alexandre Rosa, da Ana Carolina, do André Felipe, do André Molinar, do Bruno Lima, do Igor Gustavo, da Josebete Mônica e do José Veríssimo.

Quero agradecer a todos os servidores que ficaram conosco até essa hora, possibilitando que realizássemos este trabalho: o cerimonial; a polícia legislativa; a copa; a taquigrafia; o nosso gabinete; a Comissão de Educação, Saúde e Cultura e o Saple. Agradeço a todos a realização desta comissão, que nos permitiu fazer este debate. Quero agradecer, mais uma vez, às autoridades da mesa: a Janaina, o Ministério Público, o CAU, o Iphan, a Unesco, as entidades que participaram – está presente o nosso querido Coutinho, que segue firme – e a deputada Arlete Sampaio, por abrilhantar esta comissão.

Boa noite a todos e todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão ordinária, que originou esta comissão geral, às 19 horas e 23 minutos.

(Levanta-se a sessão às 19h23min.)

Observação: nestas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais foram reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Siglas com ocorrência neste evento:

Ademi-DF – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal
Asbranaut – Associação Náutica, Esportiva e do Turismo de Brasília
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários.
CAU-DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal
CCAN – Conselho Comunitário da Asa Norte
CCAS – Conselho Comunitário da Asa Sul
Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
Codese-DF – Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico
Condepac-DF – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal
Conplan-DF – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
Conpresb – Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília
CREA-DF – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
CT – Câmara Temática
CTCUB – Câmara Temática do Conjunto Urbanístico de Brasília
CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília
Dema – Delegacia do Meio Ambiente

DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DF Legal – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal
Epia – Estrada Parque Indústria e Abastecimento
Epig – Estrada Parque Indústrias Gráficas
Fecomércio-DF – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal
Fibra – Federação das Indústrias do DF
GDF – Governo do Distrito Federal
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
Icomos – em português, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
Luos – Lei de Uso e Ocupação do Solo
PDL – Plano de Desenvolvimento Local
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PLC – Projeto de Lei Complementar
PMDf – Polícia Militar do Distrito Federal
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
Prourb – Promotória de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística
Purp – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação
Saple – Setor de Apoio ao Plenário
Seduh-DF – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
Semob-DF – Secretaria de Transporte e Mobilidade
Sindivarejista-DF – Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal
Sinduscon-DF – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal
Supac – Subsecretaria do Patrimônio Cultural
Suplav – Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação
TTN – Trevo de Triagem Norte
TTS – Trevo de Triagem Sul
UDA – Unidade de Desenvolvimento Urbano, Rural e Meio Ambiente
UnB – Universidade de Brasília
Unesco – em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 16/05/2024, às 16:07, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **1669030** Código CRC: **430A6C7C**.